

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012	10
DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	11
Demonstração de Valor Adicionado	12
Comentário do Desempenho	13
Notas Explicativas	18

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	50
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	48.485
Preferenciais	38.517
Total	87.002
Em Tesouraria	
Ordinárias	8
Preferenciais	2
Total	10

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2012	Ordinária		0,07759
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/03/2012	Juros sobre Capital Próprio	17/04/2012	Preferencial		0,08535

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	27.490.934	26.435.588
1.01	Ativo Circulante	11.776.776	10.584.659
1.01.01	Disponibilidades	85.552	97.086
1.01.02	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.557.535	3.240.283
1.01.02.01	Aplicações no Mercado Aberto	4.192.254	3.036.454
1.01.02.02	Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	365.281	203.829
1.01.03	Títulos e Valores Mobiliários	281.263	233.192
1.01.03.01	Carteira Própria	277.848	233.158
1.01.03.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	23	34
1.01.03.04	Vinculados a Prestação de Garantias	3.392	0
1.01.04	Relações Interfinanceiras	319.089	267.274
1.01.04.01	Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	58.233	90
1.01.04.02	Depósito no Banco Central	253.863	260.563
1.01.04.03	Tesouro Nacional Recursos do Crédito Rural	5.375	4.984
1.01.04.04	Repasses Interfinanceiros	872	905
1.01.04.05	Correspondentes	746	732
1.01.05	Relações Interdependências	86	0
1.01.05.01	Transferência Interna de Recursos	86	0
1.01.06	Operações de Crédito	4.882.708	4.950.715
1.01.06.01	Setor Público	68.004	78.446
1.01.06.02	Setor Privado	5.128.461	5.173.329
1.01.06.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-313.757	-301.060
1.01.08	Outros Créditos	1.630.248	1.778.988
1.01.08.02	Carteria de Câmbio	547.338	641.071
1.01.08.03	Rendas a Receber	24.633	22.902
1.01.08.04	Negociação e Intermediação de Valores	4	0
1.01.08.05	Diversos	1.061.308	1.118.570
1.01.08.06	(Prov. para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	-3.035	-3.555
1.01.09	Outros Valores e Bens	20.295	17.121
1.01.09.01	Outros Valores e Bens	6.384	6.169
1.01.09.02	(Provisões para Desvalorizações)	-856	-1.248
1.01.09.03	Despesas Antecipadas	14.767	12.200
1.02	Ativo Realizável a Longo Prazo	15.517.996	15.662.089
1.02.02	Títulos e Valores Mobiliários	9.989.565	9.874.595
1.02.02.01	Carteira Própria	9.023.552	8.878.659
1.02.02.02	Vinculados a Compromissos de Recompra	661.481	672.509
1.02.02.03	Instrumentos Financeiros Derivativos	34.741	44.860
1.02.02.04	Vinculados à Prestação de Garantias	269.791	278.567
1.02.03	Relações Interfinanceiras	36.947	36.863
1.02.03.01	Tesouro Nacional - Rec. do Crédito Rural	70	422
1.02.03.02	SFH - Sistema Financeiro da Habitação	33.388	32.369
1.02.03.03	Repasses Interfinanceiros	3.489	4.072
1.02.05	Operações de Crédito	5.386.746	5.639.615
1.02.05.01	Setor Público	1.210.753	1.255.601
1.02.05.02	Setor Privado	4.476.451	4.704.792

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1.02.05.03	(Prov. para Operações de Crédito de Liq. Duvidosa)	-300.458	-320.778
1.02.07	Outros Créditos	104.738	111.016
1.02.07.02	Diversos	156.586	161.747
1.02.07.03	(Prov. para Outros Créditos de Liq. Duvidosa)	-51.848	-50.731
1.03	Ativo Permanente	196.162	188.840
1.03.01	Investimentos	1.677	1.568
1.03.01.04	Outros Investimentos	6.980	6.871
1.03.01.05	Provisão para Perdas	-5.303	-5.303
1.03.02	Imobilizado de Uso	193.004	185.569
1.03.02.01	Imóveis de Uso	140.650	137.759
1.03.02.02	Reavaliações de Imóveis de Uso	105.410	105.410
1.03.02.03	Outras Imobilizações de Uso	178.340	166.672
1.03.02.04	(Depreciações Acumuladas)	-231.396	-224.272
1.03.05	Diferido	1.481	1.703
1.03.05.01	Gastos de Organização e Expansão	4.238	4.624
1.03.05.02	(Amortização Acumulada)	-2.757	-2.921

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	27.490.934	26.435.588
2.01	Passivo Circulante	11.813.423	9.748.154
2.01.01	Depósitos	5.313.247	5.115.979
2.01.01.01	Depósitos a Vista	101.460	162.445
2.01.01.02	Depósitos de Poupança	1.366.965	1.329.994
2.01.01.03	Depósitos Interfinanceiros	735.472	588.986
2.01.01.04	Depósitos a Prazo	3.109.350	3.034.554
2.01.02	Captações no Mercado Aberto	670.441	637.812
2.01.02.01	Carteira Própria	559.466	603.883
2.01.02.02	Carteira de Terceiros	110.975	33.929
2.01.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	183.851	199.732
2.01.03.01	Rec. Letras Imob.Hipotecárias, Crédito e Similares	174.918	196.364
2.01.03.02	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	8.933	3.368
2.01.04	Relações Interfinanceiras	39.198	4
2.01.04.01	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	39.198	4
2.01.05	Relações Interdependências	2.855	7.142
2.01.05.01	Recursos em Trânsito de Terceiros	2.852	7.142
2.01.05.02	Transferências Internas de Recursos	3	0
2.01.06	Obrigações por Empréstimos	784.206	849.768
2.01.06.01	Empréstimo no País - Instituições Oficiais	17.365	16.511
2.01.06.02	Empréstimo no Exterior	766.841	833.257
2.01.07	Obrigações por Repasse do País	183.831	173.427
2.01.07.01	Tesouro Nacional	208	217
2.01.07.02	BNDES	171.379	162.562
2.01.07.03	FINAME	12.244	10.648
2.01.08	Obrigações por Repasse do Exterior	79.876	81.291
2.01.09	Outras Obrigações	4.555.918	2.682.999
2.01.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	9.227	7.615
2.01.09.02	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	127.123	4.805
2.01.09.03	Carteira de Câmbio	17.333	1.188
2.01.09.04	Sociais e Estatutários	37.969	12.254
2.01.09.05	Fiscais e Previdenciários	364.546	525.820
2.01.09.07	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.707.999	1.102.922
2.01.09.08	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	71.836	70.164
2.01.09.09	Diversas	1.219.885	958.231
2.02	Passivo Exigível a Longo Prazo	13.288.900	14.357.919
2.02.01	Depósitos	3.884.674	3.848.520
2.02.01.01	Depósitos à Vista	17.144	21.179
2.02.01.03	Depósitos a Prazo	3.867.530	3.827.341
2.02.02	Captações no Mercado Aberto	98.639	66.561
2.02.02.01	Carteira Própria	98.639	66.561
2.02.03	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	559.190	563.876
2.02.03.01	Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	559.190	563.876
2.02.06	Obrigações por Empréstimos	33.168	33.021
2.02.06.01	Empréstimos no País - Instituições Oficiais	33.168	33.021

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.07	Obrigações por Repasse do País	1.132.104	1.113.258
2.02.07.01	Tesouro Nacional	746	775
2.02.07.02	BNDES	1.005.903	990.332
2.02.07.03	FINAME	125.455	122.151
2.02.08	Obrigações por Repasse do Exterior	724.456	759.101
2.02.09	Outras Obrigações	6.856.669	7.973.582
2.02.09.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	14.088	13.513
2.02.09.02	Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	2.572.003	3.617.155
2.02.09.03	Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.097.461	1.067.708
2.02.09.04	Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	1.245.693	1.216.319
2.02.09.05	Diversas	1.927.424	2.058.887
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	16	16
2.05	Patrimônio Líquido	2.388.595	2.329.499
2.05.01	Capital Social Realizado	2.141.616	2.009.616
2.05.01.01	Domiciliados no País	2.142.000	2.010.000
2.05.01.02	(Ações em Tesouraria)	-384	-384
2.05.03	Reservas de Reavaliação	24.625	25.198
2.05.03.01	Ativos Próprios	24.625	25.198
2.05.04	Reservas de Lucro	105.527	244.536
2.05.04.01	Legal	104.636	104.636
2.05.04.02	Estatutária	862	132.862
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	29	7.038
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	72.131	50.149
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	44.696	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
3.01	Receitas da Intermediação Financeira	807.730	698.037
3.01.01	Operações de Crédito	417.230	394.318
3.01.02	Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	352.173	305.691
3.01.03	Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	-12.776	-14.940
3.01.04	Resultado de Operações de Câmbio	46.080	8.677
3.01.05	Resultado das Aplicações Compulsórias	5.023	4.291
3.02	Despesas da Intermediação Financeira	-614.450	-384.896
3.02.01	Operações de Captação no Mercado	-253.549	-207.050
3.02.02	Operações de Empréstimos e Repasses	-242.657	-131.716
3.02.03	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-118.244	-46.130
3.03	Resultado Bruto Intermediação Financeira	193.280	313.141
3.04	Outras Despesas/Receitas Operacionais	-46.283	-124.505
3.04.01	Receitas de Prestação de Serviços	345.316	317.516
3.04.02	Despesas de Pessoal	-293.737	-252.261
3.04.03	Outras Despesas Administrativas	-206.462	-172.936
3.04.04	Despesas Tributárias	-49.353	-44.016
3.04.05	Outras Receitas Operacionais	581.904	243.620
3.04.06	Outras Despesas Operacionais	-423.951	-216.428
3.05	Resultado Operacional	146.997	188.636
3.06	Resultado Não Operacional	339	-1.592
3.06.01	Receitas	718	607
3.06.02	Despesas	-379	-2.199
3.07	Resultado Antes Tributação/Participações	147.336	187.044
3.08	Provisão para IR e Contribuição Social	-106.833	-102.302
3.09	IR Diferido	22.328	3.406
3.10	Participações/Contribuições Estatutárias	-3.742	-12.463
3.10.01	Participações	-3.742	-12.463
3.13	Lucro/Prejuízo do Período	59.089	75.685
3.99	Lucro por Ação - (R\$ / Ação)	0,67925	0,87002

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	59.089	75.685
4.02	Outros Resultados Abrangentes	22.555	16.335
4.02.01	Ajuste de Avaliação Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	36.637	26.210
4.02.02	Efeito Tributário sobre o Ajuste de Avaliação de Patrimonial de Títulos Disponíveis para Venda	-14.655	-10.484
4.02.03	Realização da Reserva de Reavaliação	955	1.015
4.02.04	Efeito Tributário sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	-382	-406
4.03	Resultado Abrangente do Período	81.644	92.020

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2012 à 31/03/2012	Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.322.193	540.508
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	385.901	299.785
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	59.089	75.685
6.01.01.02	Despesas de Depreciação e Amortização	7.276	6.534
6.01.01.04	Provisão para Desvalorização de Outros Valores e Bens	-392	0
6.01.01.05	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	118.244	46.130
6.01.01.06	Provisão para Passivo Risco do FNE	172.080	97.346
6.01.01.07	Despesas de Outras Provisões Operacionais	2.486	3.478
6.01.01.08	Provisão para Passivo Contingente	22.540	23.559
6.01.01.09	Reversão de Provisões Operacionais	-56.220	-19.399
6.01.01.10	Despesas de Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital	29.374	26.931
6.01.01.11	Despesas de Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	31.424	39.537
6.01.01.12	Aplicações no Diferido	0	-16
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	936.292	240.723
6.01.02.01	Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	-139.262	33.100
6.01.02.02	Relações Interfinanceiras e Interdependencias	-17.078	-51.434
6.01.02.03	Operações de Crédito	204.138	-468.043
6.01.02.04	Outros Créditos	192.186	-69.349
6.01.02.05	Outros Valores e Bens	-2.700	-236
6.01.02.06	Depósitos	233.422	211.029
6.01.02.07	Captações no Mercado Aberto	64.707	22.166
6.01.02.08	Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-20.567	-6.542
6.01.02.09	Obrigações por Empréstimos e Repasses	-72.225	237.032
6.01.02.10	Instrumentos Financeiros e Derivativos	2.187	12.016
6.01.02.11	Outras Obrigações	530.158	183.203
6.01.02.14	Imposto de Renda e Contribuição Social	-38.674	137.781
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-159.752	-724.507
6.02.01	Títulos Valores Mobiliários Disponíveis para Venda	-145.075	-721.511
6.02.02	Inversões em Investimentos	-109	-15
6.02.03	Inversões em Imobilizado de Uso	-14.680	-4.511
6.02.04	Inversões em Bens Não de Uso Próprio	-143	-25
6.02.05	Alienação de Investimentos	0	-6
6.02.06	Alienação de Imobilizado de Uso	194	1.059
6.02.07	Alienação de Bens Não de Uso Próprio	61	502
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1	-3
6.03.01	Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio Pagos	-1	-3
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.162.440	-184.002
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.185.694	3.869.499
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	4.348.134	3.685.497

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/03/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	2.010.000	0	25.198	244.536	0	49.765	2.329.499
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	59.089	0	59.089
5.05	Destinações	0	0	0	-7.009	-14.966	0	-21.975
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	-14.966	0	-14.966
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	-7.009	0	0	-7.009
5.05.03.03	Dividendos Adicionais Propostos	0	0	0	-7.009	0	0	-7.009
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-573	0	573	21.982	21.982
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	21.982	21.982
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-573	0	573	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.08.01	Transferência para Aumento de Capital	132.000	0	0	-132.000	0	0	0
5.13	Saldo Final	2.142.000	0	24.625	105.527	44.696	71.747	2.388.595

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucro	Lucros/Prejuízos Acumulados	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
5.01	Saldo Inicial	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	1.851.000	0	28.064	248.528	0	49.746	2.177.338
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	75.685	0	75.685
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	-609	0	609	15.727	15.727
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	15.727	15.727
5.07.04	Realização da Reserva	0	0	-609	0	609	0	0
5.13	Saldo Final	1.851.000	0	27.455	248.528	76.294	65.473	2.268.750

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 31/03/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 31/03/2011
7.01	Receitas	1.215.424	998.429
7.01.01	Intermediação Financeira	807.730	698.037
7.01.02	Prestação de Serviços	345.316	317.516
7.01.03	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-118.244	-46.130
7.01.04	Outras	180.622	29.006
7.02	Despesas de Intermediação Financeira	-496.206	-338.766
7.03	Insumos Adquiridos de Terceiros	-192.807	-158.195
7.03.01	Materiais, Energia e Outros	-57.305	-56.395
7.03.02	Serviços de Terceiros	-135.502	-101.800
7.04	Valor Adicionado Bruto	526.411	501.468
7.05	Retenções	-7.276	-6.534
7.05.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-7.276	-6.534
7.06	Valor Adicionado Líquido Produzido	519.135	494.934
7.08	Valor Adicionado Total a Distribuir	519.135	494.934
7.09	Distribuição do Valor Adicionado	519.135	494.934
7.09.01	Pessoal	264.160	234.328
7.09.01.01	Remuneração Direta	161.015	158.444
7.09.01.02	Benefícios	91.276	65.069
7.09.01.03	F.G.T.S.	11.869	10.815
7.09.02	Impostos, Taxas e Contribuições	189.506	176.714
7.09.02.01	Federais	186.238	173.487
7.09.02.02	Estaduais	3	5
7.09.02.03	Municipais	3.265	3.222
7.09.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	6.380	8.207
7.09.03.01	Aluguéis	6.380	8.207
7.09.04	Remuneração de Capitais Próprios	59.089	75.685
7.09.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	59.089	75.685

Comentário do Desempenho

INTRODUÇÃO

No primeiro trimestre de 2012, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) contratou o valor de R\$ 3,6 bilhões, envolvendo 825.520 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, apresentando crescimento de 19,8% na quantidade e redução de 27,9% no valor em relação ao primeiro trimestre de 2011. Dessa maneira, o BNB busca atingir no ano de 2012 o objetivo estratégico de apoiar o agente produtivo regional em todas as suas necessidades de crédito, tanto de financiamentos de longo prazo quanto de empréstimos de curto prazo, utilizando recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras fontes à sua disposição, sempre priorizando o agricultor familiar, o mini e pequeno produtor rural, o micro e pequeno empresário urbano e o microempreendedor informal.

AÇÕES VOLTADAS PARA O DESENVOLVIMENTO

Assinatura de Termo de Cooperação entre o BNB e o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural da Paraíba (Senar-PB) – Em 26 de janeiro de 2012 foi assinado Termo de Cooperação entre o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PB) e o BNB na sede do Sistema Faepa/Senar-PB, em João Pessoa (PB). O objetivo do acordo é identificar, por meio dos agentes de desenvolvimento do BNB, e capacitar, por meio do Senar-PB, o público enquadrável no Pronaf Jovem. A parceria prevê o treinamento dos jovens, filhos de beneficiários do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) na faixa etária entre 16 e 29 anos, em diferentes áreas, de modo a garantir a qualificação exigida pelo Programa e o acesso ao crédito. Os cursos terão carga horária de pelo menos 100 horas-aula.

Firmatura de parceria entre BNB, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e Prefeituras para recuperação de imóveis históricos – Em 31 de janeiro de 2012, o BNB, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) e as Prefeituras Municipais de Sobral, Viçosa do Ceará e Aracati, no Ceará, firmaram parceria por meio da assinatura de Termos de Convênio e Contratos de Prestação de Serviços em Sobral (CE). A parceria visa à operacionalização do Programa de Financiamento para Recuperação de Imóveis Privados. O evento contou com a presença do presidente do BNB, do presidente do Iphan e dos prefeitos dos municípios signatários, além de outras autoridades. O financiamento para recuperação de imóveis privados é uma das estratégias do Programa de Aceleração do Crescimento das Cidades Históricas (PACCH), ação intergovernamental articulada com a sociedade para preservar o patrimônio brasileiro, valorizar a cultura e promover o desenvolvimento econômico e social com sustentabilidade e qualidade de vida para os cidadãos. São itens financiáveis: a recuperação de fachadas e coberturas: instalações elétricas, hidrossanitárias e de prevenção contra incêndio; elaboração de projetos de arquitetura, engenharia e de restauração; confecção de placas das obras; entre outros. O prazo para amortização do financiamento é de 10 anos, no caso de imóveis para fins comerciais, ou 15 anos para imóveis habitacionais ou mistos. As operações são atualizadas pela variação do INPC e não há incidência de taxa de juros. Os investimentos são estabelecidos a partir dos Planos de Ação elaborados pelas cidades históricas, envolvendo 42 municípios na área de atuação do BNB. Em seguida ocorre a celebração do convênio e contrato, o lançamento de edital para seleção de propostas e, por último, a análise e contratação das operações por parte do Banco. Os municípios de Sobral, Viçosa do Ceará e Aracati já estão em condições de fazer o lançamento do Edital para seleção dos futuros beneficiários dos financiamentos.

Comentário do Desempenho

Realização de reunião entre o BNB e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para traçar estratégias para o setor sucroalcooleiro – Em 2 de fevereiro de 2012 foi realizada reunião no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza (CE), entre o BNB e o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) para elaborar um plano de desenvolvimento para o mercado sucroalcooleiro por meio de parcerias para a melhoria e ampliação do setor. A intenção é elaborar um plano inicial de quatro anos, tendo dois fundamentos básicos: recuperação dos canaviais e a ampliação e ocupação da capacidade existente. O plano é nacional, mas existem propostas específicas para a região Nordeste que precisam da ajuda do BNB para se desenvolver: melhor e maior ocupação de áreas propícias para o cultivo; zoneamentos; financiamento para aquisição de máquinas e equipamentos; linhas específicas do FNE; e organização de cooperativas. A reunião gerou propostas que serão analisadas pelas instituições e, a partir daí, será elaborado um plano de ação. Quando concluído esse processo, a parceria irá beneficiar aproximadamente 18 mil produtores nordestinos de cana de açúcar por meio da facilidade de investimentos no mercado.

Apresentação do programa de incentivo fiscal de reinvestimento para empresários do Sudeste – Em 10 de fevereiro de 2012, os diretores de Negócios e de Administração de Recursos de Terceiros do BNB participaram de reunião com empresários de vários setores da região Sudeste para apresentação do programa de incentivo fiscal de reinvestimento. O encontro aconteceu na Associação de Bancos do Estado do Rio de Janeiro, na capital fluminense. O reinvestimento corresponde a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela de recursos próprios (50% desses 30%). Vale registrar que reunião semelhante foi realizada em 8 de fevereiro de 2012 com empresários mineiros na sede do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), em Belo Horizonte (MG). Esses encontros são importantes para sensibilizar os empresários de um incentivo que muitos desconhecem. A renúncia fiscal do Governo é de suma importância para as empresas investirem em projetos de modernização ou complementação de equipamentos. Outra reunião com o mesmo objetivo foi realizada em São Paulo dia 14 de fevereiro de 2012. Além das reuniões, o BNB enviou mala direta para todas as empresas do Nordeste com potencial para obter esse benefício. Em 2011, o BNB atingiu o valor de R\$ 456 milhões de depósitos para reinvestimento. Com essas ações, a expectativa é de que esse volume cresça ainda mais no ano de 2012. O Reinvestimento do Imposto de Renda consiste em um benefício fiscal instituído pelo Governo Federal que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infraestrutura e turismo – Decreto 4.213/2002 -, que estejam em operação na área da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), reinvestir parte do imposto de renda devido em seus próprios projetos de modernização ou complementação de equipamentos.

FATOS ADMINISTRATIVOS

Realização do curso “Perspectivas, Gestão e Análise de Crédito para MPE” – Na última semana de janeiro de 2012 o BNB, por meio da Universidade Corporativa, realizou o curso “Perspectivas, Gestão e Análise de Crédito para MPE”, visando qualificar e assegurar a padronização da atuação dos Gerentes de Negócios para o melhor desenvolvimento dos procedimentos de gestão da carteira de Micro e Pequenas Empresas. Em 5 dias de aulas, o treinamento incentivará os gerentes de negócios e os gerentes de suporte de negócios a ampliarem o volume de negócios realizados com o segmento, fortalecendo a imagem do Banco no mercado de atuação. O curso busca trazer uma nova visão sobre micro e pequenas empresas aos gerentes de negócios e de suporte a negócios das agências do BNB. O objetivo maior é trazer conhecimento aos participantes sobre o perfil das MPEs para apoio na gestão das carteiras nas agências. Além disso, o treinamento traz informações relevantes sobre risco de crédito, contabilidade, matemática financeira e gestão. O curso é dividido em três momentos: “Cenário das Micro e Pequenas Empresas no Brasil”; “Gestão Financeira Prática”; e “Gestão de

Comentário do Desempenho

Crédito e Risco”. Esse é o 14º grupo que participa dessa atualização, perfazendo um total superior a 400 pessoas capacitadas em todos os grupos. Até o final do primeiro bimestre de 2012, os organizadores do curso esperam concluir outras duas turmas, totalizando aproximadamente 500 profissionais capacitados, para então iniciar o segundo módulo da capacitação, no qual serão trabalhados aspectos relacionados à postura gerencial e outros assuntos que possam trazer qualificação no atendimento às micro e pequenas empresas.

Promoção do curso de desenvolvimento de líderes de TI – Na semana de 23 a 27 de janeiro de 2012, o BNB promoveu o curso “Desenvolvimento de Líderes de TI” com o objetivo de desenvolver e disseminar conceitos, técnicas e habilidades inerentes às principais competências que atualmente são chaves no exercício da liderança das áreas de Tecnologia da Informação, envolvendo aspectos comportamentais da gestão e do papel do líder. O curso, ministrado pela Fundação Carlos Alberto Vanzolini, está estruturado em três módulos presenciais, com 24 horas-aula e prevê entre um módulo e outro a realização de um conjunto de atividades envolvendo os líderes da TI e seus clientes internos e externos. No primeiro módulo, os gestores da área de tecnologia da informação realizaram a atividade intitulada “A Voz do Cliente”, na qual visitaram alguns de seus clientes, oportunidade em que discorreram sobre os principais produtos e serviços prestados por aquela área. Segundo os gestores que participaram da atividade, o momento permitiu esclarecer pontos de entrave nos processos de trabalho, estreitando laços profissionais e encurtando distância entre todas as áreas envolvidas.

Formulação do Programa Estratégico do BNB para o período 2012-2015 – Em 31 de janeiro de 2012, o BNB realizou o Fórum de Gestão Estratégico no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas em Fortaleza (CE), com a participação do presidente, diretores, superintendentes estaduais e da Direção Geral, tendo como objetivo formular o Programa Estratégico para os anos de 2012 a 2015. Durante o Fórum de Gestão, foi realizada apresentação da programação, assim como da metodologia a ser utilizada ao longo do encontro e dos produtos que a reunião deveria gerar. Todo o processo envolveu a elaboração dos objetivos, estratégias e projetos estratégicos da Instituição, os quais devem estar alinhados às políticas governamentais, desafios propostos e cenários que se vislumbram para os próximos quatro anos. Para subsidiar a construção desses produtos, os gestores conheceram os resultados das entrevistas com o presidente e diretores, da pesquisa com os gestores da Direção Geral e agências, além da mobilização de diversas áreas da Direção Geral para construção de cenários e indicação dos fatores críticos de sucesso para viabilização do Programa Estratégico. Foram apresentados ainda os cenários macroeconômico e regional, político-institucional, tecnológico e da indústria bancária. Durante a programação do Fórum de Gestão Estratégico também foram apresentados os resultados de pesquisa realizada com 369 gestores da rede de agências e da Direção Geral. Por meio dessa pesquisa, foram elencados em um ranking quais os desafios mais importantes que o BNB deve enfrentar. Quatro dos mais importantes desses desafios estão relacionados a processos, à tecnologia da informação, à gestão de pessoas e à administração do crédito. Em plenária, os gestores discutiram o impacto e a priorização dos desafios para o BNB nas dimensões institucional, financeira, de mercado, processo e competências.

Implementação de novo modelo operacional para o Pronaf no BNB discutida em Fórum – No período de 6 a 8 de fevereiro de 2012, o BNB realizou no Centro Administrativo Presidente Getúlio Vargas, em Fortaleza (CE), o Fórum de Gestão das Gerências Estaduais do Pronaf com o objetivo de promover o alinhamento das ações estratégicas com todos os Estados da área de atuação do Banco. Entre essas ações está o desafio de implementar um novo modelo operacional no BNB para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que passará a operar utilizando a mesma metodologia do Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural do BNB.

Comentário do Desempenho

Há a intenção de que o modelo inicie sua implantação a partir dos estados da Bahia e do Ceará, devendo estar implantado em todos os estados até o final do ano de 2012.

Apresentação do Plano de Educação Corporativa 2012 – Em 7 de março de 2012, o BNB, por meio da Universidade Corporativa, promoveu um seminário com a participação de todas as áreas da Direção Geral com o objetivo de apresentar o Plano de Educação Corporativa para o ano de 2012. O Plano é um instrumento de planejamento e sistematização das necessidades de treinamento voltado ao corpo funcional em consonância com as diretrizes estratégicas de atuação da empresa, onde constam relacionadas todas as ações de capacitação que serão executadas ao longo do ano. Ele foi elaborado levando em consideração principalmente o Modelo de Gestão de Pessoas por Competências, o que permitiu contemplar as necessidades das diversas áreas do Banco. Os eventos estão divididos no Plano em dois segmentos: Educação Profissional e Educação Formal. Nos programas de Educação Profissional constam os eventos realizados nas modalidades presencial ou a distância, além de contemplar aqueles atendidos como treinamento externo ou no formato In Company. Foram previstas um total de 35.875 oportunidades reunidas em 244 eventos.

DESEMPENHO OPERACIONAL

O BNB contratou o valor de R\$ 3,6 bilhões no primeiro trimestre de 2012, envolvendo 825.520 operações de empréstimos, financiamentos e mercado de capitais, apresentando crescimento de 19,8% na quantidade e redução de 27,9% no valor em relação ao primeiro trimestre de 2011.

Os recursos envolvidos em operações de crédito de longo prazo foram, em sua maioria, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). No primeiro trimestre de 2012, foi contratado o montante de aproximadamente R\$ 1,2 bilhão com recursos do Fundo, tendo sido realizadas 100.644 operações, o que significa redução de 53,1% no valor contratado e crescimento de 6,0% na quantidade de operações em relação ao mesmo período de 2011.

Por meio de seu programa de microcrédito produtivo orientado urbano, o Crediamigo, o BNB desembolsou R\$ 845,5 milhões, contratando 591.652 operações no primeiro trimestre de 2012 em apoio aos microempreendedores de toda a sua área de atuação. No primeiro trimestre de 2011, foi desembolsado o valor de R\$ 567,0 milhões, com a contratação de 451.578 operações. Comparando-se os dois períodos, o BNB apresentou um crescimento de 49,1% no valor desembolsado e de 31,0% na quantidade de operações.

Já no que se refere ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar, o Pronaf, o BNB contratou 93.310 operações de financiamento envolvendo recursos da ordem de R\$ 316,3 milhões no primeiro trimestre de 2012, o que representa crescimento de 18,1% no valor contratado e de 6,7% na quantidade de operações com relação ao primeiro trimestre de 2011.

Cumprir registrar que, dentro do Pronaf, o BNB opera o Agroamigo, programa de microcrédito produtivo e orientado para a área rural, tendo sido contratado o valor de R\$ 205,8 milhões no primeiro trimestre de 2012, com 85.311 operações realizadas com agricultores familiares, representando crescimento de 39,5% no valor e de 8,8% na quantidade de operações relativamente a igual período de 2011.

Com relação ao programa de microcrédito produtivo orientado do BNB como um todo, envolvendo o Crediamigo, para a área urbana, e o Agroamigo, para a área rural, foi desembolsado o montante de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão no primeiro trimestre de 2012, contratando 676.963 operações em

Comentário do Desempenho

apoio aos microempreendedores das zonas urbana e rural de toda a sua área de atuação, com um crescimento de 47,1% no valor desembolsado e de 27,7% na quantidade de operações comparativamente a igual período de 2011.

No tocante ao apoio às micro e pequenas empresas, o BNB contratou 22.116 operações de financiamento no montante de R\$ 507,3 milhões ao longo do primeiro trimestre de 2012, representando redução de 9,1% no valor contratado e de 13,1% na quantidade de operações com relação ao primeiro trimestre de 2011.

Quanto ao resultado financeiro, o lucro líquido do BNB foi de R\$ 59 milhões no primeiro trimestre de 2012, redução de 22,4% relativamente ao primeiro trimestre de 2011, quando o lucro líquido foi de R\$ 76 milhões.

INSTRUÇÃO CVM Nº 381, DE 14.01.2003

Em referência à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários CVM nº 381/03, de 14.01.2003, o BNB informa que a Ernst & Young Terco Auditores Independentes S/S, contratada como Auditoria Externa, não prestou, no primeiro trimestre de 2012, quaisquer serviços que não fossem de auditoria externa.

Notas Explicativas**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****Trimestres findos em 31 de março de 2012 e 2011****Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado****Índice das Notas Explicativas**

Nota 1- O Banco e suas Características	Nota 17- Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida
Nota 2- Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras	Nota 18- Dívidas Subordinadas
Nota 3- Resumo das Principais Práticas Contábeis	Nota 19- Patrimônio Líquido
Nota 4- Informações por Segmento	Nota 20- Outras Receitas/Despesas Operacionais
Nota 5 - Caixa e Equivalentes de Caixa	Nota 21- Impostos e Contribuições
Nota 6- Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	Nota 22- Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias
Nota 7- Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	Nota 23- Remuneração Paga a Funcionários e Administradores
Nota 8- Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados	Nota 24- Benefícios a Empregados
Nota 9- Carteira de Crédito e Provisão para Perdas	Nota 25- Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste-FNE
Nota 10- Outros Créditos	Nota 26- Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT
Nota 11- Carteira de Câmbio	Nota 27- Gerenciamento de Risco e Índice de Basiléia
Nota 12- Permanente	Nota 28 - Partes Relacionadas
Nota 13- Depósitos e Captações no Mercado Aberto	Nota 29- Outras Informações
Nota 14- Obrigações por Empréstimos e Repasses	
Nota 15- Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	
Nota 16- Outras Obrigações	

NOTA 1 - O Banco e suas Características

O Banco do Nordeste do Brasil S.A., pessoa jurídica de direito privado, é uma instituição financeira pública de caráter regional, criada pela Lei Federal Nº 1.649, de 19.07.1952, com matriz localizada na Rua Pedro Ramalho, nº 5700, Passaré, Fortaleza, Ceará, Brasil. Organizado sob a forma de sociedade anônima de capital aberto, de economia mista, tem por missão atuar, na capacidade de instituição financeira pública, como agente catalisador do desenvolvimento sustentável do Nordeste, integrando-o na dinâmica da economia nacional. Classificado como banco múltiplo, o Banco do Nordeste está autorizado a operar com todas as carteiras permitidas às instituições financeiras assim classificadas, exceto a carteira de crédito imobiliário. Instituição voltada para o desenvolvimento regional, o Banco do Nordeste atua como órgão executor de políticas públicas, cabendo-lhe a administração do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) – principal fonte de recursos utilizada pelo Banco para os financiamentos de longo prazo – e a operacionalização do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em sua área de atuação. É também o agente operador do Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste (FDNE), este último criado em 2001 e alterado em 2007 pela Lei Complementar Nº 125 que recriou a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE. Em 1998, o Banco criou seu Programa de Microcrédito Produtivo Orientado Crediamigo que facilita o acesso ao crédito a milhares de pequenos empreendedores que desenvolvem atividades relacionadas à produção, à comercialização de bens e à prestação de serviços. Além de recursos federais, o Banco tem acesso a outras fontes de financiamento nos mercados interno e externo, por meio de captações diretas bem como parcerias com instituições nacionais e internacionais, incluindo instituições multilaterais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

NOTA 2 - Base para a Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições da Lei das Sociedades por Ações, com as alterações introduzidas pelas Leis Nºs 11.638 e 11.941, de respectivamente, 28.12.2007 e 27.05.2009, normas do Conselho Monetário Nacional - CMN, Banco Central do Brasil – Bacen e Comissão de Valores Mobiliários – CVM e apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

Os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, no processo de convergência da contabilidade às normas internacionais, recepcionados por normativos editados pelo Conselho Monetário Nacional como também os aprovados pela CVM no que não conflitam com as normas do CMN, estão observados nas Demonstrações Financeiras do Banco, conforme abaixo:

- CPC-01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos (Resolução Nº 3.566, de 29.05.2008, do CMN);
- CPC-03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC (Resolução Nº 3.604, de 29.08.2008, do CMN);
- CPC-05 – Divulgação sobre Partes Relacionadas (Resolução Nº 3.750, de 30.06.2009, do CMN);
- CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro (Resolução nº 4.007, de 25.08.2011);
- CPC-24 – Eventos Subsequentes (Resolução Nº 3.973, de 26.05.2011, do CMN);
- CPC-25 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes (Resolução Nº 3.823, de 16.12.2009, do CMN);
- CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado (Deliberação CVM Nº 557, de 12.11.2008);
- CPC 22 – Informação por Segmento (Deliberação CVM Nº 582, de 31.07.2009);
- CPC 27 – Ativo Imobilizado (Deliberação CVM Nº 583, de 31.07.2009);
- CPC 32 – Tributos sobre o Lucro (Deliberação CVM Nº 599, de 15.09.2009);
- CPC 33 – Benefícios a Empregados (Deliberação CVM Nº 600, de 7.10.2009);e

NOTA 3 – Resumo das Principais Práticas Contábeis**a) Critérios de Reconhecimento dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas mensalmente, obedecendo ao regime de competência e considerando o critério “pro rata temporis”.

b) Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo

Os bens e direitos são apresentados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias e cambiais auferidos, retificados por rendas a apropriar ou provisão, quando necessário. As obrigações são demonstradas pelos seus valores originais, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos, retificados por despesas a apropriar, valendo evidenciar que os recursos disponíveis do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE são classificados no Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, observando-se os fluxos de desembolsos previstos.

Notas Explicativas

Os saldos realizáveis e exigíveis são classificados no Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo e Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo, respectivamente, de acordo com as datas de vencimento.

c) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins das demonstrações dos fluxos de caixa, caixa e equivalentes de caixa correspondem aos saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a noventa dias.

d) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável.

e) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários foram registrados pelos valores efetivamente pagos, inclusive corretagens e emolumentos, sendo classificados e avaliados da seguinte forma:

Títulos Disponíveis para Venda: são aqueles que não se enquadram como para negociação e nem como mantidos até o vencimento e são avaliados pelo valor de mercado, líquido dos efeitos tributários, em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido; e

Títulos Mantidos até o Vencimento: são aqueles para os quais há a intenção e capacidade financeira para a sua manutenção na carteira até o vencimento, registrados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

A classificação em Circulante e Realizável a Longo Prazo dos Títulos Disponíveis para Venda e Títulos Mantidos até o Vencimento foi definida de acordo com seus prazos de vencimento, não caracterizando, no entanto, a indisponibilidade dos papéis, os quais mantêm sua qualidade e característica de elevada liquidez.

f) Instrumentos Financeiros Derivativos

A atuação do Banco do Nordeste no mercado de derivativos restringe-se a operações de *swap*, exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, classificados segundo sua natureza como hedge de risco de mercado.

Os instrumentos financeiros, bem como o item objeto de hedge são avaliados pelo valor de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços e as valorizações ou desvalorizações são registradas em contas de receitas ou despesas.

No cálculo do valor de mercado dessas operações são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima.

g) Operações de Crédito, Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio, Outros Créditos com Características de Concessão de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito, adiantamentos sobre contratos de câmbio e outros créditos com características de concessão de crédito são classificados de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN N° 2.682, de 21.12.1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis de risco, sendo AA (risco mínimo) e H (risco máximo), bem como a classificação das operações com atraso superior a 15 dias como operações em curso anormal.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente de seu nível de risco, somente serão reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível de risco H, que permanecem nessa classificação por 180 dias, são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, não mais figurando em balanços patrimoniais.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas.

As renegociações de operações de crédito já baixadas contra a provisão são classificadas como risco H e os eventuais ganhos oriundos da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

h) Operações de venda ou transferência de ativos financeiros

As operações de transferência de ativos realizadas no Banco até 31.12.2011 restringem-se à cessão de operações de crédito, realizadas de acordo com a regulamentação vigente até aquela data. As operações de venda ou transferências de ativos financeiros que vierem a ser contratadas a partir de janeiro de 2012 obedecerão ao disposto na Resolução CMN N° 3.533, de 31.01.2008.

i) Despesas Antecipadas

Referem-se às aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos benefícios ou prestação de serviço se darão durante os períodos seguintes.

j) Permanente

Investimentos estão avaliados ao custo e retificados pela Provisão para Perdas.

Imobilizado de Uso está retificado pela depreciação calculada pelo método linear, às seguintes taxas anuais: Edificações - 4%; Sistemas de Processamento de Dados e Veículos - 20%; Trator e Moto - 25%; e demais itens - 10%.

Diferido contempla os gastos com imóveis de terceiros e aquisição e desenvolvimento de logísticos adquiridos até 30.09.2008 e está retificado pelas amortizações calculadas pelo método linear, mediante a utilização de taxa anual de 20%.

A Resolução CMN N° 3.617, de 30.09.2008, determina que os saldos existentes no Ativo Imobilizado e no Ativo Diferido constituídos antes da entrada em vigor da Resolução, que tenham sido registrados com base em disposições normativas anteriores, devem ser mantidos até a sua efetiva baixa.

k) Imposto de Renda, Contribuição Social, Pasep e Cofins

O encargo do IRPJ é calculado à alíquota de 15% mais adicional de 10% (no que exceder a R\$ 60 no trimestre) e a CSLL à alíquota de 15%, após efetuados os ajustes no Lucro Societário, determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários e passivos diferidos são calculados, basicamente, sobre diferenças temporárias entre o resultado contábil e o fiscal, sobre provisões para operações de crédito e liquidação duvidosa e ajustes ao valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico realizado semestralmente.

O PIS/Pasep e a Cofins são calculados utilizando-se as alíquotas de 0,65% e 4,00%, respectivamente.

Notas Explicativas

l) Benefícios a Empregados

O Banco mantém para seus empregados benefícios classificados em curto prazo e pós-emprego. O reconhecimento e mensuração dos benefícios de curto prazo são feitos pelo seu valor original (sem o efeito do desconto a valor presente ou cálculo atuarial), com base no regime de competência mensal.

Os benefícios pós-emprego existentes referem-se a planos de previdência privada, dos tipos “benefício definido” e “contribuição variável” e plano de assistência médica, do tipo “benefício definido”.

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM Nº 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

m) Avaliação do Valor Recuperável

As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas quando o valor contábil de um ativo excede o seu valor recuperável. Os valores dos ativos não financeiros relevantes são revistos, no mínimo, ao fim de cada período de relatório para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável.

n) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009.

Os ativos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras somente quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representadas pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro passivo exigível.

Os passivos contingentes são reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, sendo quantificados quando da citação/notificação judicial e revisados mensalmente.

As obrigações legais são derivadas de obrigações tributárias, sendo os seus montantes provisionados integralmente nas demonstrações financeiras, independentemente da probabilidade de sucesso nos processos judiciais em andamento.

o) Uso de estimativas

A preparação das informações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, outras provisões e cálculo de provisões técnicas de plano de assistência médica e planos de previdência complementar. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas.

NOTA 4 – Informações por Segmento

Para fins de gerenciamento, o Banco é organizado em dois segmentos operacionais, baseados em produtos e serviços:

a) Carteira Própria – compreende os produtos e serviços de sua própria carteira, tais como operações de crédito e de mercado, administração de fundos e prestação de outros serviços bancários e de garantias; e

b) FNE – compreende as operações de crédito do âmbito do FNE e a prestação de serviços de administração dessa carteira.

A Administração do Banco gerencia os resultados operacionais separadamente para fins de tomada de decisões sobre a alocação de recursos e avaliação de desempenho. A *performance* de cada segmento é avaliada com base na margem financeira acrescida das tarifas.

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo atingiu 10% ou mais da receita total do Banco em 31.03.2012 e 31.03.2011.

A tabela a seguir, disposta em formato utilizado pela Administração do Banco, apresenta informações sobre receitas, custos, despesas e margem financeira dos segmentos operacionais. Despesas administrativas, assim como outras despesas não apropriáveis diretamente a cada segmento operacional, são consideradas corporativas e figuram somente na coluna “Total”:

Especificação	31.03.2012			31.03.2011		
	Carteira Própria	FNE	Total	Carteira Própria	FNE	Total
Receitas	1.039.133	350.840	1.389.973	613.340	326.725	940.065
Receitas de Operações de Crédito	417.230	-	417.230	394.318	-	394.318
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	225.426	126.747	352.173	173.091	132.600	305.691
Resultado de Operações com Instrumentos Financeiros Derivativos	(12.776)	-	(12.776)	(14.940)	-	(14.940)
Resultado de Operações de Câmbio	46.080	-	46.080	8.677	-	8.677
Resultado de Aplicações Compulsórias	5.023	-	5.023	4.291	-	4.291
Outras Receitas	358.150	224.093	582.243	47.903	194.125	242.028
Despesas	(493.406)	(293.096)	(786.502)	(258.006)	(224.111)	(482.117)
Despesas de captação no mercado	(253.549)	-	(253.549)	(207.050)	-	(207.050)
Despesas com operações de empréstimos e repasses	(121.613)	(121.044)	(242.657)	(4.826)	(126.890)	(131.716)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(118.244)	(171.996)	(290.240)	(46.130)	(97.165)	(143.295)
Outros Passivos Contingentes (Nota 20.g)						
Provisão Proagro a Receber	-	(56)	(56)	-	(56)	(56)
Margem Financeira	545.727	57.744	603.471	355.334	102.614	457.948
Rendas de Prestação de Serviços	48.295	291.646	339.941	57.862	256.400	314.262
Rendas com Tarifas, Taxas e Comissões	5.375	-	5.375	3.254	-	3.254
Pasep e Cofins	(22.048)	(23.984)	(46.032)	(18.781)	(21.919)	(40.700)
Resultado após tarifas e comissões	577.349	325.406	902.755	397.669	337.095	734.764
Despesas Administrativas			(500.199)			(425.197)
Despesas de pessoal			(293.737)			(252.261)
Depreciação e Amortização			(7.276)			(6.534)
Outras despesas administrativas			(199.186)			(166.402)
Outras Despesas			(230.191)			(95.485)
Despesas de provisões, exceto crédito			(25.029)			(27.038)
Lucro antes da tributação e participações			147.336			187.044
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro			(84.505)			(98.896)
Participações no lucro			(3.742)			(12.463)
Lucro Líquido			59.089			75.685

Notas Explicativas

NOTA 5 – Caixa e Equivalentes de Caixa

As aplicações em Títulos e Valores Mobiliários e Aplicações Interfinanceiras de Liquidez referem-se a operação cujo vencimento na data efetiva da aplicação é igual ou inferior a 90 dias e apresenta risco insignificante de mudança de valor justo.

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Disponibilidades em moeda nacional	83.700	94.777
Disponibilidades em moeda estrangeira	1.852	2.309
Total da Disponibilidade de Caixa	85.552	97.086
Aplicações em Títulos e Valores Mobiliários	-	4.016
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4.262.583	3.084.591
Total de Caixa e Equivalentes de Caixa	4.348.135	3.185.693

NOTA 6 – Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

a) Composição

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
a) Aplicações no Mercado Aberto	4.192.254	3.036.454
Revendas a Liquidar-Posição Bancada	4.081.279	3.002.525
Revendas a Liquidar-Posição Financiada	110.975	33.929
b) Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	365.281	203.829
Aplicações em Moeda Estrangeira	17.510	14.987
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	347.771	188.842
TOTAL	4.557.535	3.240.283
SALDO DE CURTO PRAZO	4.557.535	3.240.283

b) Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
a) Rendas de Aplicações no Mercado Aberto (Nota 7.b)	85.124	95.537
Posição Bancada	82.232	93.458
Posição Financiada	2.892	2.079
b) Rendas de Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 7.b)	6.296	7.828
TOTAL	91.420	103.365

NOTA 7 - Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

O custo atualizado (acrescido dos rendimentos auferidos) e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários estão assim distribuídos:

a.1) Carteira de Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Títulos Disponíveis para Venda	10.221.431	10.049.334
Títulos Mantidos até o Vencimento	14.633	13.559
Diferencial a Receber Swap	34.764	44.894
TOTAL	10.270.828	10.107.787
SALDO DE CURTO PRAZO	281.263	233.192
SALDO DE LONGO PRAZO	9.989.565	9.874.595

a.2) Títulos Disponíveis para Venda

Especificação	31.03.2012				31.12.2011			
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	AJUSTE A MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	9.668.007	9.706.892	38.885		9.527.312	9.530.187	2.875	
Letras Financeiras do Tesouro	7.631.408	7.647.453	16.045	2012 a 2018	7.461.949	7.462.115	166	2012 a 2018
Notas do Tesouro Nacional	1.091.680	1.193.974	102.294	2050	1.091.120	1.141.978	50.858	2050
Letras Financeiras	31.292	30.965	(327)	2016	30.302	30.302	-	2016
Debêntures	870.878	818.149	(52.729)	2013 a 2018	898.502	876.719	(21.783)	2013 a 2018
Cédulas de Crédito Bancário – CCB	10.863	10.659	(204)	2013	13.588	13.370	(218)	2013
Títulos Públicos Federais – FCVS	7.108	5.502	(1.606)	2027	7.328	5.518	(1.810)	2027
Títulos Públicos Federais – Outros	24.522	-	(24.522)	1993	24.270	-	(24.270)	1993
Títulos da Dívida Agrária	256	190	(66)	2012 a 2022	253	185	(68)	2012 a 2022
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS	15.177	13.846	(1.331)		14.750	13.434	(1.316)	
Fundos de Desenvolvimento Social – FDS	1.331	-	(1.331)	2014	1.316	-	(1.316)	2014
Cotas de FIDC	13.482	13.482	-	2014	13.079	13.079	-	2014
FGI – Fundo Garantidor para Investimentos	259	259	-	Sem Vencimento	235	235	-	Sem vencimento
FGO – Fundo de Garantia de Operações	105	105	-	Sem Vencimento	120	120	-	Sem vencimento
TÍTULOS DE RENDA VARIÁVEL	144.159	227.510	83.351		144.159	227.146	82.987	
Outros Incentivos Fiscais (FINOR)	4.211	405	(3.806)	Sem Vencimento	4.211	428	(3.783)	Sem vencimento
Ações de Companhias Abertas	139.948	227.105	87.157	Sem Vencimento	139.948	226.718	86.770	Sem vencimento
TÍTULOS DADOS EM GARANTIA	273.870	273.183	(687)		279.532	278.567	(965)	
Letras Financeiras do Tesouro	269.355	269.818	463	2012 a 2017	275.236	275.268	32	2013 a 2017
Títulos Públicos Federais – Outros	734	90	(644)	1993 a 2027	614	-	(614)	1993
Debêntures	3.781	3.275	(506)	2018	3.682	3.299	(383)	2018
TOTAL DA CATEGORIA	10.101.213	10.221.431	120.218		9.965.753	10.049.334	83.581	
Crédito Tributário (Nota 10.d)	-	-	35.319		-	-	23.453	
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 16.d)	-	-	(83.406)		-	-	(56.885)	
TOTAL DO AJUSTE A VALOR DE MERCADO	-	-	72.131		-	-	50.149	

A rubrica "Títulos Públicos Federais – Outros" registra aplicações financeiras em títulos públicos denominados pelo Tesouro Nacional como NUCL910801, com vencimento em 31.08.1993, ainda não resgatados pelo Tesouro Nacional.

Em virtude do enquadramento dos ativos na categoria acima, encontra-se registrado no Patrimônio Líquido do Banco, na conta "Ajustes de Avaliação Patrimonial" o valor de R\$ 120.218 (R\$ 83.551 em 31.12.2011). Esse ajuste, líquido dos efeitos tributários, corresponde a R\$ 72.131 (R\$ 50.149 em 31.12.2011).

Notas Explicativas**a.3) Títulos Mantidos até o Vencimento**

Especificação	31.03.2012			31.12.2011		
	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO	VALOR DE CUSTO	VALOR DE MERCADO	FAIXA DE VENCIMENTO
TÍTULOS DE RENDA FIXA	14.633	14.633		13.559	13.559	
Cotas de Fundos de Investimento-Ne. Empreendedor	1.738	1.738	2013	1.691	1.691	2013
Nota do Tesouro Nacional NTN - P	236	236	2013 a 2014	453	453	2012 a 2014
Cotas do Fundo de Investimento CRIATEC	9.518	9.518	2017	8.609	8.609	2017
FIP Brasil Agronegócios	3.141	3.141	2018	2.806	2.806	2018
TOTAL DA CATEGORIA	14.633	14.633		13.559	13.559	

a.4) No primeiro trimestre de 2012 não foram efetuadas reclassificações dos títulos e valores mobiliários entre as categorias acima, como também não ocorreram alienações de títulos classificados na categoria Títulos Mantidos até o vencimento. No exercício de 2011, por motivo isolado, não usual, não recorrente e não previsto, ocorrido após a data de classificação, o Banco reclassificou as cotas do Fundo de Garantia de Operações-FGO R\$ 105 (R\$ 120 em 31.12.2011) da categoria "Títulos Mantidos até o Vencimento" para a categoria "Títulos Disponíveis para Venda".

a.5) Para a obtenção do valor de mercado são utilizados os critérios abaixo, obedecendo a seguinte ordem de prioridade:

-1ª - Preços de mercado divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – Anbima e BM&FBovespa;

-2ª - Ágio/Deságio observado nas negociações ocorridas nos últimos 3 meses na Cetip S.A. – Mercados Organizados;

-3ª - Cálculo do valor provável de realização, obtido com base em modelo de precificação próprio.

b) Resultado com Títulos e Valores Mobiliários

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 6.b)	85.124	95.537
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros (Nota 6.b)	6.296	7.828
Títulos de Renda Fixa	260.726	202.305
Títulos de Renda Variável	27	21
TOTAL	352.173	305.691

c) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco do Nordeste utiliza uma política conservadora no sentido de direcionar a aplicação de recursos em consonância com as condições de prazos e taxas estabelecidas pelas respectivas fontes desses recursos, de modo que os ativos e passivos tenham sempre prazos, taxas de juros e indexadores compatíveis, reduzindo a existência de descasamentos de qualquer natureza.

Considerando o conservadorismo na administração de carteiras do Banco do Nordeste, sua atuação no mercado de derivativos restringe-se a operações de "swap", exclusivamente para proteção de suas posições ativas e passivas, quando necessário.

As operações de "swap" são registradas em contas patrimoniais e de compensação, conforme a sua natureza, segundo os dispositivos legais e normas contábeis vigentes.

Na posição de 31.03.2012 o Banco possui operações de "swap", que se encontram registradas na Cetip S.A. Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, estando o valor nominal dessas operações registrado em contas de compensação (valor notional) e o correspondente valor patrimonial nas contas Diferencial a Pagar e Diferencial a Receber, conforme apresentado nos quadros a seguir:

Composição em 31.03.2012							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	34.683	-	26.048	-	8.635	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	320.290	81	23.315	81	7.928	-	15.387
TOTAL	829.310	34.764	23.315	26.129	7.928	8.635	15.387

Composição em 31.12.2011							
CONTRATOS DE SWAP	VR. NOCIONAL	VALOR JUSTO		CURVA		AJUSTE A MERCADO	
		A RECEBER	A PAGAR	A RECEBER	A PAGAR	POSITIVO	NEGATIVO
POSIÇÃO ATIVA							
Moeda Estrangeira (Dólar)	509.020	44.769	-	44.338	-	431	-
POSIÇÃO PASSIVA							
Taxa Prefixada	360.759	125	21.128	125	7.147	-	13.981
TOTAL	869.779	44.894	21.128	44.463	7.147	431	13.981

Notas Explicativas

Valores em Risco de Operações de Swap	31.03.2012	31.12.2011
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – ATIVO	566.305	562.301
ITENS OBJETO DE HEDGE – PASSIVO	567.006	566.822
HEDGE DE RISCO DE MERCADO – PASSIVO	417.197	453.266
ITENS OBJETO DE HEDGE – ATIVO	389.516	439.143

Composição em 31.03.2012		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	6	1.064
3 a 12 meses	17	8.163
1 a 3 anos	38	11.336
3 a 5 anos	34.703	2.752
TOTAL	34.764	23.315

Composição em 31.12.2011		
Os contratos de Swap possuem os seguintes vencimentos:	Diferencial a Receber	Diferencial a Pagar
Até 3 meses	9	580
3 a 12 meses	25	7.035
1 a 3 anos	56	10.639
3 a 5 anos	44.804	2.874
TOTAL	44.894	21.128

No cálculo do valor de mercado das operações de "swap" são utilizadas as taxas divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - Anbima. Na determinação do risco de crédito, são utilizados os índices de correlação e os fatores de risco divulgados pelo Banco Central do Brasil.

d) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Swap	(12.776)	(14.940)
TOTAL	(12.776)	(14.940)

NOTA 8 – Relações Interfinanceiras – Créditos Vinculados**a) Créditos Vinculados**

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Recolhimentos obrigatórios – Poupança	233.313	223.654
Reservas compulsórias - Recursos à Vista	20.550	36.909
SFH - Sistema Financeiro da Habitação	33.388	32.369
Tesouro Nacional - Crédito Rural	5.445	5.406
TOTAL	292.696	298.338
SALDO DE CURTO PRAZO	259.238	265.547
SALDO DE LONGO PRAZO	33.458	32.791

b) Resultado de Aplicações Compulsórias

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Rendas de Créditos Vinculados ao Banco Central	3.898	3.483
Rendas de Créditos Vinculados ao SFH	841	816
Rendas de Créditos Vinculados ao Crédito Rural	15	47
Desvalorização de Créditos Vinculados	269	(55)
TOTAL	5.023	4.291

NOTA 9 - Carteira de Crédito e Provisão para Perdas**a) A Carteira de Crédito e a Provisão para Operações de Crédito estão assim compostas:**

Especificação	31.03.2012		31.12.2011	
	Valor Bruto	Provisão	Valor Bruto	Provisão
Operações de Crédito	10.883.669	(614.215)	11.212.168	(621.838)
Curto Prazo	5.196.465	(313.757)	5.251.775	(301.060)
Longo Prazo	5.687.204	(300.458)	5.960.393	(320.778)
Outras Rubricas com Características de Crédito	509.287	(8.762)	586.892	(8.222)
Curto Prazo	116.835	(2.997)	147.451	(3.555)
Longo Prazo	392.452	(5.765)	439.441	(4.667)
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.392.956	(622.977)	11.799.060	(630.060)

Notas Explicativas**a.1) Composição da Carteira de Crédito**

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Adiantamentos a Depositantes	238	90
Empréstimos	4.807.409	5.002.849
Títulos Descontados	164.197	175.036
Financiamentos	1.961.846	1.968.974
Financiamentos em Moedas Estrangeiras	308.168	275.591
Refinanciamentos de Operações com o Governo Federal (Nota 28.a.1)	461.380	473.643
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	1.383.124	1.466.409
Financiamentos Imobiliários ⁽¹⁾	243	243
Financiamentos de Infraestrutura e Desenvolvimento	1.797.064	1.849.333
Subtotal de Operações de Crédito	10.883.669	11.212.168
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	15.727	12.866
Devedores por Compra de Valores e Bens	1.679	1.517
Títulos e Créditos a Receber	5.555	3.348
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio ⁽²⁾	486.326	569.161
Subtotal de Outras Rubricas com Características de Crédito	509.287	586.892
TOTAL DA CARTEIRA DE CRÉDITO	11.392.956	11.799.060

⁽¹⁾ Referem-se a operações contratadas antes do encerramento das atividades com Financiamento Imobiliário.

⁽²⁾ Contas classificadas como "OUTRAS OBRIGAÇÕES/Carteira de Câmbio".

a.2) Receitas de Operações de Crédito

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Empréstimos e Títulos Descontados	187.235	218.093
Financiamentos	173.450	110.606
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	35.213	42.840
Recuperação de Crédito Baixado como Prejuízo	21.104	23.009
Outros Valores	228	(230)
TOTAL	417.230	394.318

b) Distribuição das Operações por Faixa de Vencimento**b.1) Créditos de Curso Normal ⁽¹⁾**

Tipo Cliente/Atividade	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total em 31.03.2012	Total em 31.12.2011
Rural	34.983	39.938	33.971	98.227	79.536	1.050.523	1.337.178	1.417.533
Indústria	284.380	167.660	126.254	227.675	387.136	1.363.407	2.556.512	3.086.085
Governo	4.073	4.073	4.073	25.878	28.908	1.208.703	1.275.708	1.331.046
Outros Serviços	233.171	237.831	250.795	693.787	456.517	1.634.026	3.506.127	2.981.119
Comércio	221.386	308.392	171.502	349.336	502.615	372.300	1.925.531	2.201.748
Intermediários Financeiros	13.634	14.436	12.262	36.065	52.153	90.244	218.794	261.179
Habitação	519	276	276	535	67	18	1.691	243
Pessoas Físicas	3.924	4.327	4.494	11.962	8.841	12.329	45.877	45.541
T O T A L	796.070	776.933	603.627	1.443.465	1.515.773	5.731.550	10.867.418	11.324.494

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

b.2) Créditos em Atraso

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas						Total em 31.03.2012	Total em 31.12.2011
	01 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	173	263	250	2.064	2.806	11.647	17.203	18.542
Indústria	3.321	2.699	3.110	10.334	14.724	29.013	63.201	63.854
Outros Serviços	4.898	8.329	4.979	10.379	18.489	62.547	109.621	74.589
Comércio	6.329	6.591	6.179	16.545	26.594	41.175	103.413	106.537
Intermediários Financeiros	138	136	132	380	773	3.937	5.496	3.840
Pessoas Físicas	326	381	350	757	1.266	3.673	6.753	4.057
T O T A L	15.185	18.399	15.000	40.459	64.652	151.992	305.687	271.419

Tipo Cliente/Atividade	Parcelas Vencidas							Total em 31.03.2012	Total em 31.12.2011
	01 a 14 dias	15 a 30 dias	31 a 60 dias	61 a 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias		
Rural	75	284	815	9.466	921	403	24.732	36.696	38.534
Indústria	1.300	4.399	7.213	2.834	19.979	3.687	18.250	57.662	39.175
Outros Serviços	1.310	5.385	4.488	7.764	7.500	7.064	20.251	53.762	60.627
Comércio	2.502	5.902	8.037	8.024	4.696	5.157	31.499	65.817	60.131
Intermediários Financeiros	15	-	140	146	144	147	-	592	944
Pessoas Físicas	76	329	505	627	498	388	2.899	5.322	3.736
T O T A L	5.278	16.299	21.198	28.861	33.738	16.846	97.631	219.851	203.147

Notas Explicativas**e) Composição das Operações por Níveis de Risco**

Nível de Risco	31.03.2012				31.12.2011			
	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão	Crédito Normal ⁽¹⁾	Crédito em Atraso	Total da Carteira	Valor da Provisão
AA	3.164.015	-	3.164.015	-	3.315.259	-	3.315.259	-
A	4.797.522	-	4.797.522	23.988	5.094.425	-	5.094.425	25.472
B	2.163.379	29.964	2.193.343	21.933	2.218.403	34.180	2.252.583	22.526
C	325.384	45.280	370.664	11.120	261.866	41.691	303.557	9.106
D	141.798	79.187	220.985	22.099	139.191	50.527	189.718	18.972
E	35.301	37.170	72.471	21.741	32.618	43.662	76.280	22.884
F	14.560	31.984	46.544	23.272	16.203	24.800	41.003	20.502
G	22.231	73.062	95.293	66.705	28.007	24.117	52.124	36.487
H	203.228	228.891	432.119	432.119	218.522	255.589	474.111	474.111
TOTAL	10.867.418	525.538	11.392.956	622.977	11.324.494	474.566	11.799.060	630.060

⁽¹⁾ Incluem os créditos vencidos até 14 dias.

d) Movimentação da Provisão no Período

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Saldo Inicial	630.060	652.918
(+) Constituição de provisão líquida no período	118.187	215.557
(-) Créditos baixados como prejuízo no período	(125.270)	(238.415)
(=) Provisão para perdas da carteira de crédito	622.977	630.060
(+) Provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito (Nota 10.e)	46.121	46.064
(=) Saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa	669.098	676.124

e) Composição do Saldo da Despesa de Provisão

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
(+) Despesas de provisão de operações de crédito de liquidação duvidosa	(116.738)	(64.177)
(+) Despesas de provisão de outros créditos de liquidação	(1.449)	-
(-) Reversões de provisões operacionais	-	18.969
(=) Saldo da despesa de provisão com característica de concessão de crédito	(118.187)	(45.208)
(+) Despesas de provisão de outros créditos sem características de concessão de crédito	(57)	(922)
(-) Reversões de provisões de outros créditos sem características de concessão de crédito	-	-
(=) Saldo da despesa de provisão para créditos de liquidação duvidosa	(118.244)	(46.130)

f) No 1º trimestre foram recuperados créditos baixados como prejuízo no montante de R\$ 21.104 (R\$ 23.009 em 31.03.2011) e as renegociações importaram em R\$ 216.723 (R\$ 25.113 em 31.03.2011).

NOTA 10 – Outros Créditos

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
a) Carteira de Câmbio (Nota 11)	547.338	641.071
b) Rendas a Receber	24.633	22.902
c) Negociação e Intermediação de Valores	4	-
d) Diversos	1.217.894	1.280.317
Créditos Tributários - Diferenças Temporárias (Nota 21.b)	272.958	250.629
Créditos Tributários - TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Notas 7.a.2 e 21.b)	35.319	23.453
Devedores por Depósitos em Garantia	665.274	644.977
Impostos e Contribuições a Compensar	46.391	207.830
Decorrentes de Antecipação - IN SRF N° 90/92	38.286	200.124
Outros Valores	8.105	7.706
Opções por Incentivos Fiscais	26.748	26.748
Títulos e Créditos a Receber	5.555	3.348
Adiantamentos e Antecipações Salariais	21.120	2.095
Pagamentos a Ressarcir	9.553	8.246
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do BNDES	6.470	4.843
Recálculo, Abatimentos, Dispensa e Bônus em Operações do FAT	34.565	26.648
Outros Valores	93.941	81.500
e) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(54.883)	(54.286)
Com Características de Concessão de Crédito	(8.762)	(8.222)
Sem Características de Concessão de Crédito (Nota 9.d)	(46.121)	(46.064)
TOTAL	1.734.986	1.890.004
SALDO DE CURTO PRAZO	1.630.248	1.778.988
SALDO DE LONGO PRAZO	104.738	111.016

Notas Explicativas**NOTA 11 – Carteira de Câmbio****a) Composição**

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Ativo – Outros Créditos		
Câmbio Comprado a Liquidar	524.826	627.494
Direitos sobre Vendas de Câmbio	7.164	762
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(379)	(51)
Rendas a Receber de Adiantamentos Concedidos	15.727	12.866
Ativo Circulante (Nota 10.a)	547.338	641.071
Passivo – Outras Obrigações		
Obrigações por Compras de Câmbio	496.499	569.584
Câmbio Vendido a Liquidar	7.160	765
(Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio)	(486.326)	(569.161)
Outros Valores	-	-
Passivo Circulante (Nota 16.b)	17.333	1.188

b) Resultado de Câmbio

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Rendas de Câmbio	46.178	8.779
Despesas de Câmbio	(98)	(102)
TOTAL	46.080	8.677

NOTA 12 – Permanente**a) Investimentos**

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 31.03.2012				31.03.2012		
		Movimentações			Saldo Contábil	Valor de Custo	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Provisão para Imparidade				
Investimentos por Incentivos Fiscais	-	-	-	-	-	5.010	(5.010)	-
Ações e Cotas	652	-	-	-	652	945	(293)	652
Bens Artísticos e Valiosos	916	109	-	-	1.025	1.025	-	1.025
TOTAL	1.568	109	-	-	1.677	6.980	(5.303)	1.677

b) Imobilizado

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 31.03.2012				31.03.2012				
	Saldo Contábil	Movimentações				Saldo Contábil	Valor de Custo	Depreciação Acumulada	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Depreciação	Provisão para Imparidade					
Edificações	100.517	2.891	-	(2.287)	-	101.121	229.035	(127.914)	-	101.121
Sistema de Processamento de Dados	23.151	10.999	(322)	(2.480)	-	31.348	79.165	(47.817)	-	31.348
Móveis e Equipamentos de Uso	22.087	730	(86)	(1.048)	-	21.683	50.966	(29.283)	-	21.683
Terrenos	17.025	-	-	-	-	17.025	17.025	-	-	17.025
Instalações	7.259	300	(6)	(368)	-	7.185	16.462	(9.277)	-	7.185
Sistema de Comunicação	139	1	(1)	(7)	-	132	423	(291)	-	132
Imobilização em Curso ⁽¹⁾	4.206	-	-	-	-	4.206	4.206	-	-	4.206
Sistema de Segurança	4.867	76	(23)	(228)	-	4.692	10.997	(6.305)	-	4.692
Sistema de Transporte	6.318	-	-	(706)	-	5.612	16.121	(10.509)	-	5.612
TOTAL	185.569	14.997	(438)	(7.124)	-	193.004	424.400	(231.396)	-	193.004

(1) Trata-se de transferência para Edificações, tendo em vista conclusão da construção.

c) Diferido

Especificação	31.12.2011	01.01.2012 a 31.03.2012				31.03.2012				
	Saldo Contábil	Movimentações				Saldo Contábil	Valor de Custo	Amortização Acumulada	Provisão para Imparidade	Saldo Contábil
		Adições	Exclusões	Amortização	Provisão para Imparidade					
Gastos com Imóveis de Terceiros	1.695	-	(385)	165	-	1.475	4.197	(2.722)	-	1.475
Gastos com aquisição Desenvolv. de Logiciais	8	-	-	(2)	-	6	41	(35)	-	6
TOTAL	1.703	-	(385)	163	-	1.481	4.238	(2.757)	-	1.481

Notas Explicativas

NOTA 13 – Depósitos e Captações no Mercado Aberto

a) Depósitos

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
a.1) Depósitos à Vista	118.604	183.624
Depósitos em Moedas Estrangeiras no País	24.031	28.344
Depósitos de Governos	24.888	32.763
Depósitos Vinculados	42.231	44.610
Pessoas Jurídicas	16.453	63.739
Pessoas Físicas	9.530	11.978
Outros Valores	1.471	2.190
a.2) Depósitos de Poupança	1.366.965	1.329.994
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Físicas	851.240	839.805
Depósitos de Poupança Livres - Pessoas Jurídicas	514.729	489.013
De Ligadas e de Instituições do Sistema Financeiro	996	1.176
a.3) Depósitos Interfinanceiros	735.472	588.986
a.4) Depósitos a Prazo	6.976.880	6.861.895
Depósitos a Prazo	5.023.732	5.000.379
Depósitos Judiciais com Remuneração	621.377	567.361
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Disponíveis	35.984	50.795
Proger Urbano	8.742	13.293
Pronaf	217	262
Protrabalho	1.590	3.320
Infraestrutura	21.313	20.404
Estiagem	43	84
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	4.079	13.432
Depósitos Especiais com Remuneração/FAT - Recursos Aplicados	565.508	571.594
Proger Urbano	63.814	62.810
Pronaf	382	561
Protrabalho	153.979	159.624
Infraestrutura	244.116	249.455
Estiagem	9.432	9.838
PNMPO – Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	93.785	89.306
FINOR/Disponibilidades e Reinvestimentos Lei Nº 8.167	728.842	670.169
Outros Valores	1.437	1.597
TOTAL	9.197.921	8.964.499
SALDO DE CURTO PRAZO	5.313.247	5.115.979
SALDO DE LONGO PRAZO	3.884.674	3.848.520

b) Captação no Mercado Aberto

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Carteira Própria	658.105	670.444
Letras Financeiras do Tesouro	658.105	670.444
Carteira de Terceiros	110.975	33.929
Letras Financeiras do Tesouro	-	33.929
Letras do Tesouro Nacional	75.632	-
Notas do Tesouro Nacional	35.343	-
TOTAL	769.080	704.373
SALDO DE CURTO PRAZO	670.441	637.812
SALDO DE LONGO PRAZO	98.639	66.561

c) Despesa de Captação no Mercado

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Despesas de Captações com Depósitos	(234.849)	(192.667)
Depósitos a Prazo	(119.923)	(131.809)
Depósitos de Poupança	(17.080)	(15.859)
Depósitos Judiciais	(11.952)	(4.852)
Depósitos Interfinanceiros	(3.199)	(5.064)
Depósitos Especiais - FAT	(24.803)	(27.435)
Despesa com Recursos de Aceites e Emissões de Títulos	(55.528)	(5.295)
Outros Depósitos	(2.364)	(2.353)
Despesas de Captação no Mercado Aberto	(18.700)	(14.383)
Carteira de Terceiros	(2.908)	(2.081)
Carteira Própria	(15.792)	(12.302)
TOTAL	(253.549)	(207.050)

Notas Explicativas

NOTA 14 – Obrigações por Empréstimos e Repasses

a) Distribuição das Obrigações por Empréstimos e Repasses por Faixa de Vencimento

Especificação	0 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	5 a 15 anos	Acima de 15 anos	Total em 31.03.2012	Total em 31.12.2011
Empréstimos no País	780	16.585	33.168	-	-	-	50.533	49.532
Empréstimos no Exterior	314.187	452.654	-	-	-	-	766.841	833.257
Repasses do País	66.030	117.801	203.698	324.975	414.029	189.402	1.315.935	1.286.685
Repasses do Exterior	28.851	51.025	163.596	167.413	249.659	143.788	804.332	840.392
TOTAL	409.848	638.065	400.462	492.388	663.688	333.190	2.937.641	3.009.866

b) Obrigações por Empréstimos

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2012	31.12.2011
Empréstimos no País – Instituições Oficiais/Refinanciamentos	TJLP+3,0 ou 7,75	50.533	49.532
Empréstimos no Exterior/ Obrigações em Moedas Estrangeiras	USD	766.841	833.257
TOTAL		817.374	882.789
SALDO DE CURTO PRAZO		784.206	849.768
SALDO DE LONGO PRAZO		33.168	33.021

c) Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2012	31.12.2011
Tesouro Nacional	IGP-DI + 2,0 ou 6,75	954	992
BNDES		1.177.282	1.152.894
Programa de Operações Conjuntas – POC	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	942.503	919.432
Linha de Crédito para Investimento no Setor Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	234.779	233.462
FINAME		137.699	132.799
Programa Automático	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	121.538	116.710
Programa Agrícola	TJLP/IGPM/IPCA+1,5	16.161	16.089
TOTAL		1.315.935	1.286.685
SALDO DE CURTO PRAZO		183.831	173.427
SALDO DE LONGO PRAZO		1.132.104	1.113.258

d) Obrigações por Repasses do Exterior

Especificação	Taxa de atualização % a.a.	31.03.2012	31.12.2011
BID-Prodetur	USD + 1,22 ou UCIBID + 1,79	797.836	833.307
BID-Outros Programas	USD + 1,22	6.222	6.703
Outros Programas	USD + 6,0	274	382
TOTAL		804.332	840.392
SALDO DE CURTO PRAZO		79.876	81.291
SALDO DE LONGO PRAZO		724.456	759.101

e) Despesas de Obrigações por Empréstimos e Repasses

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Despesas de Obrigações por Empréstimos	(1.001)	(1.228)
Obrigações por Empréstimos no País	(1.001)	(1.228)
Despesas de Obrigações por Repasses	(73.600)	(26.280)
Obrigações por Repasse Instituições Oficiais no País	(21.580)	(22.472)
Tesouro Nacional	(10)	(25)
BNDES	(20.475)	(20.364)
FINAME	(1.095)	(766)
Outras Instituições	-	(1.317)
Despesas de Repasses do Exterior	(52.020)	(3.808)
Despesas de Obrigações com Banqueiros no Exterior	(50.307)	(3.210)
Despesas de Obrigações por Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	(117.749)	(100.998)
TOTAL	(242.657)	(131.716)

Notas Explicativas

NOTA 15 – Recursos de Aceites e Emissões de Títulos

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração (%)	Valor em milhares de US\$	Valor Contratual 31.03.2012	Valor de Mercado em 31.03.2012	Valor de Mercado em 31.12.2011
Eurobond – Senior Unsecured Notes ⁽¹⁾	09.11.2010	09.11.2015	3,625 a.a.	300.000	566.108	568.123	567.244

(1) As operações de swap realizadas com o intuito de proteger as variações de mercado do passivo em dólar, gerado pela captação de títulos no exterior, foram enquadradas como operações de hedge e por isso os saldos das obrigações estão ajustados ao valor de mercado.

Especificação	Data de Captação	Vencimento	Remuneração (%)	Valor em milhares de US\$	Valor Contratual 31.03.2012	31.03.2012	31.12.2011
Letras de Crédito do Agronegócio ⁽²⁾	-	-	-	-	171.157	174.918	196.364

(2) Título com prazo médio de 197 dias, sendo a taxa de atualização média de 90,76% a.a., do CDI pro rata até o vencimento.

NOTA 16 – Outras Obrigações

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
a) Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	127.123	4.805
Recursos do Proagro	539	114
Recebimento de Tributos Federais	122.061	-
IOF a Recolher	3.497	4.601
Outros Tributos e Assemelhados	1.026	90
b) Carteira de Câmbio (Nota 11)	17.333	1.188
c) Sociais e Estatutárias	37.969	12.254
Dividendos e Bonificações a Pagar	22.315	342
Participações nos Lucros	15.654	11.912
d) Fiscais e Previdenciárias	364.546	525.820
Provisão para Riscos Fiscais (Nota 22.d)	114.322	112.578
Impostos e Contribuições	83.700	82.269
Causas Fiscais	30.622	30.309
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos	92.698	66.561
TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (Nota 7.a.2)	83.406	56.885
Reavaliação sobre Edificações e Terrenos	9.292	9.676
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	107.216	298.477
Imposto de Renda	66.198	182.080
Contribuição Social	41.018	116.397
Impostos e Contribuições a Recolher/Pagar	50.310	48.204
e) Fundos Financeiros e de Desenvolvimento	5.280.002	4.720.077
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	5.143.707	4.578.226
Outros Valores	136.295	141.851
f) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 17)	1.169.297	1.137.872
g) Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 18)	1.245.693	1.216.319
h) Diversas	3.147.309	3.017.118
Provisão para Passivos Contingentes	1.854.564	1.767.867
Causas Trabalhistas (Nota 22.e.iv)	187.339	182.824
Causas Cíveis (Nota 22.e.v)	118.005	106.653
Outras Causas (Nota 22.e.vi)	111	140
FNE (Nota 22.e.viii)	1.507.664	1.386.807
Repasse	1.267	1.149
Risco Integral	84.203	91.376
Risco Compartilhado	1.422.194	1.294.282
FDNE (Nota 22.e.ix)	1.620	1.593
PROAGRO (Nota 22.e.x)	3.346	3.299
Outros Passivos Contingentes (Notas 22.e.xi)	36.479	86.551
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.172.694	1.131.570
Benefícios a Empregados – Deliberação CVM Nº 600	1.017.177	985.408
Plano de Aposentadoria e Pensão	456.287	457.916
Plano de Assistência Médica	560.890	527.492
Despesa de Pessoal	123.822	114.564
Outros Valores	31.695	31.598
Outros Valores	120.051	117.681
TOTAL	11.389.272	10.635.453
SALDO DE CURTO PRAZO	4.546.691	2.675.384
SALDO DE LONGO PRAZO	6.842.581	7.960.069

Notas Explicativas

NOTA 17 – Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida

Especificação	Valor Emitido	Remuneração (%)	Data de Captação	31.03.2012	31.12.2011
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	1.000.000	IPCA+6,5715 a.a.	22.12.2010	1.169.297	1.137.872

NOTA 18 – Dívidas Subordinadas

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE	1.245.693	1.216.319
Recursos disponíveis ⁽¹⁾	349.284	328.126
Recursos aplicados ⁽²⁾	896.409	888.193
TOTAL	1.245.693	1.216.319

⁽¹⁾ São remunerados com base na taxa extramercado divulgada pelo Banco Central do Brasil, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 7.09.1989.

⁽²⁾ São remunerados pelos encargos pactuados com os mutuários, deduzido o *del credere* da instituição financeira, conforme artigo 9º -A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989.

NOTA 19 – Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30.03.2012, foi aprovado o aumento do capital social em R\$ 132.000, decorrente da incorporação de Reservas Estatutárias, sem emissão de novas ações. O Capital Social passou de R\$ 2.010.000 para R\$ 2.142.000 representado por 87.001.901 ações escriturais, sem valor nominal, integralizadas. O aumento de capital está em processo de homologação do Banco Central. Segue quadro abaixo com a composição:

Composição em 31.03.2012					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

Composição em 31.12.2011					
Acionistas	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total das Ações	% Capital Votante	% Capital Total
União Federal	46.595.279	35.373.190	81.968.469	96,10	94,21
Fundo Nacional de Desenvolvimento – FND	1.473.704	2.373.264	3.846.968	3,04	4,42
BNDESPAR	13.800	386.795	400.595	0,03	0,47
Outros	401.992	383.877	785.869	0,83	0,90
TOTAL	48.484.775	38.517.126	87.001.901	100,00	100,00

b) Reserva de Reavaliação

O valor de R\$ 24.625 (R\$ 25.198 em 31.12.2011) refere-se à reavaliação de bens de uso próprio, constituída em 26.02.1993. Referida reserva será mantida até a data de sua efetiva realização por depreciação, baixa ou alienação, consoante Resolução Nº 3.565, de 29.05.2008 do Conselho Monetário Nacional. A realização ocorrida no trimestre importa em R\$ 574 (R\$ 2.866 em 31.12.2011).

c) Ações em Tesouraria – Em R\$ 1,00

O Banco possui 10.232 ações de sua própria emissão, sendo 8.088 ações ordinárias nominativas (ON) e 2.144 ações preferenciais nominativas (PN) adquiridas em 17.02.2009. Tais ações, cujos valores de mercado, na posição de 31.03.2012, representam, respectivamente, R\$ 30,70 e R\$ 26,81 por cada ação, encontram-se em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento.

d) Juros sobre o Capital Próprio

Dos R\$ 22.005 de juros sobre o capital próprio, R\$ 7.008, líquidos dos efeitos tributários, referem se ao complemento do exercício de 2011 aprovados para distribuição aos acionistas, conforme AGO/E de 30.03.2012, e R\$ 14.997 deve-se à constituição de provisão no 1º trimestre de 2012, sendo que R\$ 30 foi contabilizado conforme Carta Circular do Bacen Nº 3.516, de 21.07.2011 em Reservas Especiais de Lucros.

Notas Explicativas**Outras Receitas/Despesas Operacionais**

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
a) Receitas de Prestação de Serviços	339.941	314.262
Administração de Fundos de Investimentos	4.021	3.211
Administração de Fundos e Programas	296.170	261.922
Prestação de Serviços	39.750	49.129
b) Rendas de Tarifas Bancárias	5.375	3.254
c) Despesas de Pessoal	(293.737)	(252.261)
Proventos	(155.346)	(144.460)
Encargos Sociais	(59.890)	(54.052)
Plano de Aposentadoria e Pensão - CVM Nº 600	(17.396)	(6.659)
Plano de Assistência Médica - CVM Nº 600	(37.374)	(27.868)
Benefícios, Treinamentos, Honorários e Remuneração de Estagiário	(23.731)	(19.222)
d) Outras Despesas Administrativas	(206.462)	(172.936)
Processamento de Dados	(39.792)	(24.642)
Propaganda e Publicidade	(10.079)	(7.004)
Serviços de Terceiros	(69.388)	(56.406)
Aluguéis, Material, Água, Energia e Gás	(10.646)	(10.536)
Viagens	(3.672)	(2.622)
Comunicações	(8.280)	(7.724)
Depreciação e Amortização	(7.276)	(6.533)
Manutenção e Conservação de Bens	(7.402)	(7.445)
Vigilância, Segurança e Transporte	(9.265)	(7.392)
Promoções, Relações Públicas e Publicações	(4.709)	(3.562)
Serviços do Sistema Financeiro	(4.022)	(4.411)
Serviços Técnicos Especializados	(7.642)	(7.443)
Seguros	(1.085)	(1.011)
Emolumento Judicial, Cartorário e Honorários Advocatícios	(13.004)	(15.714)
Contribuição Sindical Patronal e de Entidades Associativas	(492)	(382)
Condomínio, copa, cozinha e alimentação	(941)	(878)
FUNDECI – Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico	(5.600)	(6.200)
Outros Valores	(3.167)	(3.031)
e) Despesas Tributárias	(49.353)	(44.016)
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(46.041)	(40.731)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.032)	(3.010)
Outros Valores	(280)	(275)
f) Outras Receitas Operacionais	581.904	243.620
“Del credere” de Fundos Administrados	224.943	194.751
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Obtidos	205.060	30.635
Recuperação de Encargos e Despesas	1.437	1.814
Reversão de Provisões Operacionais	55.798	236
Juros e Comissões	75.115	125
Correção Monetária	135	1.242
Atualização Monetária de Tributos	-	52
FNE – Recuperação de Valores Honrados pelo Banco	6.848	13.947
Outros Valores	12.568	818
g) Outras Despesas Operacionais	(423.951)	(216.428)
Variação Cambial da Área de Câmbio	(1.676)	(181)
Variação Cambial Negativa de Empréstimos Concedidos	(155.948)	(14.550)
Atualização Monetária Negativa de Operações de Crédito	(3)	-
Descontos Concedidos em Renegociações	(458)	(848)
Encargos de Operações de Crédito	(1.553)	(2.072)
Riscos Fiscais	(2.489)	(3.478)
Riscos com Operações do FNE	(171.996)	(97.165)
Riscos com Operações do FDNE	(28)	(124)
Causas Trabalhistas	(7.060)	(13.126)
Causas Cíveis	(15.478)	(10.434)
Outras Causas	(2)	-
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida	(31.424)	(39.537)
Remuneração FNE Recursos Disponíveis - Lei 7.827 Art.9º-A	(7.779)	(8.167)
Remuneração FNE Recursos Aplicados - Lei 7.827 Art.9º-A	(21.595)	(18.764)
Outros Valores	(6.462)	(7.982)
TOTAL	(46.283)	(124.505)

Notas Explicativas

NOTA 21 – Impostos e Contribuições

a) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Banco do Nordeste está sujeito ao regime de tributação do Lucro Real e procede ao pagamento mensal do Imposto de Renda e Contribuição Social pela estimativa. A despesa de Imposto de Renda registrada no 1º trimestre de 2012 foi de R\$ 65.959 (R\$ 63.083 em 31.03.2011) e a de Contribuição Social foi de R\$ 40.874 (R\$ 39.218 em 31.03.2011), estando sua conciliação a seguir demonstrada:

a.1) Especificação da Despesa de Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Resultado Antes da Tributação, deduzido das Participações Estatutárias e dos Juros sobre o Capital Próprio	128.628	174.581	128.628	174.581
Adições/Exclusões Permanentes	(7.501)	(6.996)	(7.501)	(6.996)
Adições/Exclusões Temporárias	152.327	94.882	152.327	94.882
Resultado Tributável antes das Compensações	273.454	262.467	273.454	262.467
Compensação de Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
Resultado Tributável após Compensações	273.454	262.467	273.454	262.467
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- antes dos Incentivos Fiscais	(68.118)	(65.357)	(40.874)	(39.218)
Deduções (Incentivos Fiscais)	2.159	2.274	-	-
Despesas Correntes de IRPJ/CSLL- após os incentivos	(65.959)	(63.083)	(40.874)	(39.218)
Despesas Diferidas de IRPJ/CSLL	13.962	2.135	8.366	1.271
Total de Despesas de IRPJ/CSLL	(51.997)	(60.949)	(32.508)	(37.947)
% das despesas correntes em relação ao Resultado antes da Tributação	40,42	34,91	25,27	21,74
a.2) Especificação da Provisão de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	Imposto de Renda		Imposto de Renda	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
Despesa de Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	65.959	181.082	40.874	115.798
Provisão de Tributos sobre realização de Reserva de Reavaliação	239	998	144	599
Provisão de Tributos sobre ajustes de LPA	-	-	-	-
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	66.198	182.080	41.018	116.397
Impostos e Contribuições a Compensar decorrentes de antecipação, inclusive retidos na fonte	(26.435)	(138.032)	(12.239)	(63.743)
Valor do Ajuste no Período	39.763	44.048	28.779	52.654

b) Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias

Os créditos tributários correspondentes a IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias das provisões para créditos de liquidação duvidosa são registrados conforme disposições das principais normas a seguir: Resolução do CMN Nº 3.059, de 20.12.2002 (alterada pela Res. CMN Nº 3.355, de 31.03.2006) e da Circular Bacen Nº 3.171, de 30.12.2002; e são fundamentados em Estudos Técnicos realizados semestralmente demonstrando a probabilidade de realização do crédito tributário para o prazo de cinco anos.

De acordo com a Carta-Circular Bacen Nº 3.023, de 11.06.2002, foram constituídos créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários, relativamente aos títulos classificados na categoria Títulos Disponíveis para Venda.

A movimentação dos créditos está a seguir demonstrada:

Especificação	IMPOSTO DE RENDA		CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		TOTAL	
	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM	Diferenças temporárias	TVM
Saldo Inicial em 31.12.2011	156.634	14.658	93.995	8.795	250.629	23.453
(+) Constituição de Créditos	33.044	1.111.089	19.829	666.654	52.873	1.777.743
(-) Realização de Créditos	(19.081)	(1.103.673)	(11.463)	(662.204)	(30.544)	(1.765.877)
Saldo Final em 31.03.2012	170.597	22.074	102.361	13.245	272.958	35.319

O saldo dos créditos ativados e não ativados de Imposto de Renda e Contribuição Social, registrado em “OUTROS CRÉDITOS-Diversos”, apresenta a seguinte composição:

Especificação	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31.03.2012	31.12.2011	31.03.2012	31.12.2011
1. Total das Diferenças Temporárias	3.421.833	3.262.708	3.421.833	3.262.708
2. Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	-	-	-
3. Base de cálculo total (item 1 + item 2)	3.421.833	3.262.708	3.421.833	3.262.708
4. Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias+Prejuízo Fiscal e Base Negativa	855.458	815.678	513.275	489.406
5. Crédito Tributário decorrente da marcação a mercado de TVM	22.074	14.658	13.245	8.795
6. Total dos Créditos Tributários (item 4 + item 5)	877.532	830.336	526.520	498.201
7. Créditos Tributários Ativados sobre Diferenças Temporárias	170.597	156.634	102.361	93.995
8. Crédito Tributário Ativado decorrente da marcação a mercado de TVM	22.074	14.658	13.245	8.795
9. Total de Créditos Tributários Ativados (item 7+ item 8)	192.671	171.292	115.606	102.790
10. Créditos Tributários Não Ativados (item 6 - item 9) ⁽¹⁾	684.861	659.044	410.914	395.411

(1) Não ativados por não atender aos critérios de realização estabelecidos pela Resolução do CMN Nº 3.355, de 31.03.2006.

Notas Explicativas

Os valores previstos de realizações dos créditos tributários na posição de 31.03.2012 estão a seguir demonstrados:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	70.025	65.651	42.004	39.381	112.029	105.032
2013	13.046	11.115	7.827	6.669	20.873	17.784
2014	10.401	8.081	6.240	4.849	16.641	12.930
2015	13.266	9.404	7.960	5.642	21.226	15.046
2016	63.859	41.387	38.330	24.841	102.189	66.228
TOTAL	170.597	135.638	102.361	81.382	272.958	217.020

Os créditos tributários sobre os ajustes a valor de mercado dos Títulos e Valores Mobiliários apurados pelo valor presente de realização, na forma da Circular Bacen Nº 3.068, de 08.11.2001, serão realizados de acordo com os vencimentos dos títulos, conforme demonstrado abaixo:

Período	Realização do Crédito de IR		Realização do Crédito de CSLL		Total	
	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente	Valor Contábil	Valor Presente
2012	7.238	7.238	4.343	4.343	11.581	11.581
2013	52	52	31	31	83	83
2014	8.751	8.751	5.251	5.251	14.002	14.002
2015	6	6	3	3	9	9
2016	3.862	3.862	2.317	2.317	6.179	6.179
2017 a 2019	1.752	1.752	1.051	1.051	2.803	2.803
2020 a 2022	6	6	4	4	10	10
2027 a 2029	407	407	245	245	652	652
TOTAL	22.074	22.074	13.245	13.245	35.319	35.319

c) Despesas Tributárias

Especificação	01.01.2012 a	01.01.2011 a
	31.03.2012	31.03.2011
Contribuição ao Cofins e PIS/PASEP	(46.041)	(40.731)
ISS e IPTU/Contribuição de Melhoria	(3.032)	(3.010)
Outros Valores	(280)	(275)
Total	(49.353)	(44.016)

NOTA 22 – Provisões, Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais – Fiscais e Previdenciárias

a) O Banco do Nordeste é parte em diversos processos de ordem cível, fiscal e trabalhista e outras que se encontram em andamento nas esferas administrativa e judicial. Para a constituição de provisão e de contingência passiva, adota-se o critério de classificação das contingências conforme Resolução CMN Nº 3.823, de 16.12.2009 e Carta-Circular Bacen Nº 3.429, de 11.02.2010.

b) A avaliação da provisão e da contingência passiva, grau de risco das novas ações e a reavaliação das já existentes são efetuadas pela Área Jurídica do Banco, caso a caso, sendo classificadas de acordo com a probabilidade de perda em provável, possível e remota. Esta classificação é realizada com base na análise dos seguintes fatores: i) razoabilidade da fundamentação fática e jurídica da parte adversa; ii) argumentação e fundamentação jurídica desenvolvida pelo Banco do Nordeste; iii) antecedentes de perdas do Banco do Nordeste para casos similares; iv) entendimentos dos Tribunais Superiores e dos órgãos de fiscalização acerca do assunto em litígio; v) decisões ocorridas no próprio processo (decisão, sentença, concessão de liminar, antecipação de tutela, mandado de pagamento ou penhora etc); e vi) existência de falhas operacionais na condução do processo judicial ou administrativo.

c) As contingências classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente e estão representadas por Ações Cíveis (pleitos de indenizações por danos morais e materiais, a exemplo de protestos de títulos, devolução de cheques e inclusão de informações em cadastros restritivos de crédito, dentre outras), Ações Trabalhistas (que objetivam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, relativamente à legislação específica da categoria profissional, a exemplo de horas extras, equiparação salarial, reintegração, adicional de transferência, verbas rescisórias, complemento de aposentadoria e outros, bem como autos de infração emanados das Delegacias Regionais do Trabalho), Ações Fiscais e Previdenciárias (a exemplo de processos judiciais e administrativos relacionados a tributos federais e municipais) e Outras Ações (a exemplo de autos de infração emanados de Conselhos Regionais que regulamentam o exercício de profissões). Levando em consideração que os procedimentos adotados pelo Banco do Nordeste guardam conformidade com as previsões legais e regulamentares, a Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para atender as perdas decorrentes dos respectivos processos judiciais e administrativos.

Notas Explicativas

d) O Banco constituiu provisão integral sobre o valor estimado de perda nas demandas classificadas como provável, bem como nas enquadradas como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen Nº 3.429, de 11.02.2010, independente da avaliação de probabilidade de perda financeira feita pelo advogado, não cabendo provisão para as enquadradas como possível e remota, conforme quadro comparativo das posições em 31.03.2012 e 31.12.2011, a seguir demonstrado:

Especificação	31.03.2012			31.12.2011		
	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações	Valor da Base	Provisão	Quantidade de ações
1.PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS (Nota 16.d)						
1.1 Impostos e Contribuições - Obrigação Legal	83.700	83.700	1	82.269	82.269	1
1.2 Causas Fiscais	875.445	30.622	194	850.647	30.309	201
1.2.1 Obrigação Legal	567	567	7	1.063	1.063	10
1.2.2 Outras Obrigações-Diversas	874.878	30.055	187	849.584	29.246	191
Provável	30.055	30.055	-	29.246	29.246	-
Possível	636.694	-	-	617.180	-	-
Remota	208.129	-	-	203.158	-	-
2.PROVISÃO PARA PASSIVOS CONTINGENTES (Nota 16.h)						
2.1 Causas Trabalhistas	269.026	187.339	802	263.035	182.824	802
Provável	187.339	187.339	-	182.824	182.824	-
Possível	30.219	-	-	31.463	-	-
Remota	51.468	-	-	48.748	-	-
2.2 Causas Cíveis	2.613.321	118.005	5.085	2.519.657	106.653	4.984
Provável	118.005	118.005	-	106.653	106.653	-
Possível	457.608	-	-	467.538	-	-
Remota	2.037.708	-	-	1.945.466	-	-
2.3 Outras Causas	864	111	47	697	140	44
Provável	111	111	-	140	140	-
Possível	752	-	-	556	-	-
Remota	1	-	-	1	-	-

Notas Explicativas

e) Demonstramos a movimentação das seguintes provisões:

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
i) Impostos e Contribuições (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	82.269	74.847
Constituição	1.757	8.933
Reversão/Utilização/Baixa	(326)	(1.511)
Saldo Final (Nota 22.d)	83.700	82.269
ii) Causas Fiscais (Obrigação Legal)		
Saldo inicial	1.063	551
Constituição	17	512
Reversão/Utilização/Baixa	(513)	-
Saldo Final (Nota 22.d)	567	1.063
iii) Causas Fiscais (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	29.246	26.127
Constituição	882	4.916
Reversão/Utilização/Baixa	(73)	(1.797)
Saldo Final (Nota 22.d)	30.055	29.246
iv) Causas Trabalhistas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo inicial	182.824	161.863
Constituição	7.696	34.203
Reversão/Utilização/Baixa	(3.181)	(13.242)
Saldo Final (Nota 22.d)	187.339	182.824
v) Causas Cíveis (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	106.653	92.970
Constituição	19.835	23.836
Reversão/Utilização/Baixa	(8.483)	(10.153)
Saldo Final (Nota 22.d)	118.005	106.653
vi) Outras Causas (Outras Obrigações-Diversas)		
Saldo Inicial	140	65
Constituição	3	159
Reversão/Utilização/Baixa	(32)	(84)
Saldo Final (Nota 22.d)	111	140
vii) Férias		
Saldo Inicial	58.333	52.818
Constituição	17.080	68.777
Reversão/Utilização/Baixa	(17.777)	(63.262)
Saldo Final	57.636	58.333
viii) FNE		
Saldo Inicial	1.386.807	1.177.757
Constituição	171.996	429.774
Reversão/Utilização/Baixa	(51.139)	(220.724)
Saldo Final (Nota 16.h)	1.507.664	1.386.807
ix) FDNE		
Saldo Inicial	1.593	277
Constituição	27	1.316
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.h)	1.620	1.593
x) PROAGRO		
Saldo Inicial	3.299	3.299
Constituição	47	-
Reversão/Utilização/Baixa	-	-
Saldo Final (Nota 16.h)	3.346	3.299
xi) Outros Passivos Contingentes		
Saldo Inicial	86.551	-
Constituição	-	86.551
Reversão/Utilização/Baixa	(50.072)	-
Saldo Final (Nota 16.h)	36.479	86.551

- f) O Banco tem causas patrocinadas por advogados e sociedade de advogados contratados referentes, em sua maioria, a ações de execução de operações de crédito, cuja avaliação da contingência passiva e passivo contingente é realizada, pela Área Jurídica, na forma do item “b”, retromencionado.
- g) Os processos de natureza fiscal, enquadrados como Obrigação Legal nos termos da Carta-Circular Bacen N.º 3.429, de 11.02.2010, cujos valores foram apresentados no item “d”, subitens 1.1 e 1.2.1 têm, respectivamente, como objeto de discussão os tributos IRPJ ano-base 1999 e ISSQN.
- h) A seguir uma breve descrição dos processos envolvendo os passivos contingentes mais relevantes, em que o BANCO é parte, classificados como risco de perda possível:

Ação na esfera fiscal que visa desconstituir auto de infração relativo ao ISSQN incidente sobre rendas de prestação de serviços. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2012, R\$ 285.011. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 276.218, com nível de risco possível.

Notas Explicativas

Duas ações na esfera fiscal que visam desconstituir autos de infração relativos ao ISSQN incidentes sobre rendas de prestação de serviços. As estimativas de perdas financeiras de riscos possíveis, na data-base de 31.03.2012, perfazem respectivamente, R\$ 165.658 e R\$ 112.345. Na posição de 31.12.2011, apresentavam, respectivamente, R\$ 160.547 e R\$ 108.879, ambas com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa lucros cessantes e pagamento de taxa de administração sob a alegação de prejuízos sofridos ante a suspensão dos repasses de financiamento contratado para a construção de um estabelecimento comercial. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2012, R\$ 87.050. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira de risco possível, para este processo, era de R\$ 83.321.

Ação na esfera cível que visa repetição de indébito sob a alegação de cobrança e retenções indevidas. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2012, R\$ 33.912. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira, para este processo, era de R\$ 32.459, com nível de risco possível.

Ação na esfera cível que visa indenização por danos morais, materiais e pagamento de multas previstas contratualmente, sob a alegação de que os microempresários jamais receberam os recursos correspondentes aos empréstimos firmados, e sim as empresas responsáveis pela assessoria e consultoria técnica, bem como pelos serviços de modelagem e corte de peças de tecidos, havendo, pois, desvio dos recursos. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31.03.2012, R\$ 22.001. Na posição de 31.12.2011, a estimativa de perda financeira de risco possível, para este processo, era de R\$ 21.058.

i) Depósitos Judiciais e Recursais em garantia de processos judiciais e administrativos, constituídos para as contingências passivas prováveis, possíveis e/ou remotas, conforme quadro abaixo:

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Demandas Trabalhistas	416.690	414.916
Demandas Fiscais	200.452	197.267
Demandas Cíveis	38.343	23.825
Total	655.485	636.008

NOTA 23 – Remuneração Paga a Funcionários e Administradores

Em 31.03.2012, os valores da remuneração mensal paga pelo Banco a seus funcionários são os seguintes em R\$ 1,00:

Remuneração Bruta ⁽¹⁾	31.03.2012
Máxima	26.481,45
Mínima	948,65
Média	7.091,67

⁽¹⁾ Inclui apenas remuneração de horas extras (inclusive adicional noturno), quando efetivamente prestadas.

Em 31.03.2012, os valores da remuneração do período paga pelo Banco à Diretoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal são os seguintes em R\$ 1,00:

Especificação	31.03.2012	31.03.2011
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Diretoria	
Maior remuneração individual	109.335,89	87.654,00
Menor remuneração individual	79.195,86	78.093,57
Remuneração média individual	92.191,98	85.057,57
Número de membros ⁽²⁾	7	7
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Conselho de Administração	
Maior remuneração individual	7.619,10	8.393,00
Menor remuneração individual	7.619,10	8.393,00
Remuneração média individual	7.619,10	8.450,10
Número de membros ⁽²⁾	6	6
Remuneração Bruta ⁽¹⁾	Conselho Fiscal	
Maior remuneração individual	7.619,10	8.393,00
Menor remuneração individual	7.619,10	8.393,00
Remuneração média individual	7.619,10	8.323,00
Número de membros ⁽²⁾	5	5

⁽¹⁾ Valores aprovados pela 58ª reunião da Assembléia Geral Ordinária e 88ª reunião da Assembléia Geral Extraordinária do Banco do Nordeste, realizadas cumulativamente em 01.04.2011.

⁽²⁾ O número de membros corresponde a média anual do número de membros de cada órgão apurado mensalmente.

Em 31.03.2012, o número de funcionários do Banco do Nordeste totalizava 6.058 (6.077 em 31.12.2011), registrando-se, um decréscimo de 0,31% no quadro de pessoal do Banco.

NOTA 24– Benefícios a Empregados

Na forma preconizada pela Deliberação CVM N° 600, de 07.10.2009, que aprovou o Pronunciamento CPC 33 – Benefícios a Empregados, são apresentadas a seguir as informações sobre a política de benefícios a empregados, bem como os procedimentos contábeis adotados pelo Banco do Nordeste no reconhecimento de suas obrigações:

a) O Banco do Nordeste não mantém:

- Benefícios por desligamento;
- Outros Benefícios de longo prazo;
- Remuneração em ações e títulos equivalentes à participação patrimonial.

b) Política contábil de reconhecimento de ganhos e perdas

A política adotada no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, a partir de dezembro de 2010, segue a prerrogativa contida no item 93 do Anexo da Deliberação CVM N° 600, ou seja, é reconhecida imediatamente, como receita ou despesa.

c) Descrição geral das características dos Planos de Benefícios

c.1) Planos de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil

O Banco é patrocinador de dois planos de benefícios, administrados pela Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAPEF, entidade fechada de previdência complementar, que propiciam aos funcionários participantes, bem como aos seus beneficiários, o pagamento de benefícios suplementares aos da Previdência Social.

Notas Explicativas

O plano de Benefícios Definidos (BD) encontra-se fechado ao ingresso de novos participantes desde 26.11.1999. O plano de Contribuição Variável (CV I), iniciou suas operações em 19.05.2010, com o recebimento das primeiras contribuições. Referidos planos ofertam aos seus participantes benefícios de suplementação de aposentadoria por tempo de contribuição, por idade e por invalidez, assim como suplementação de pensão e pecúlio aos beneficiários dos participantes.

c.1.1) Regime Atuarial

O plano BD, classificado na modalidade de benefício definido, adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas a todos os benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários. O plano CV I conjuga características tanto de plano de contribuição definida como de plano de benefício definido, sendo classificado, na forma da Deliberação CVM Nº 600, na modalidade de benefício definido. Esse plano adota o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das provisões matemáticas relativas aos benefícios programados e o regime de capitais de cobertura para os demais benefícios oferecidos aos seus participantes e beneficiários.

c.1.2) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições do Banco em relação aos planos BD e CV I, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido dos planos.

c.1.3) Relação de Contribuições (Participantes/Patrocinadora)

A relação entre as contribuições efetuadas pelos participantes e o Banco do Nordeste atende a paridade estabelecida na Emenda Constitucional Nº 20, de 15.12.1998, registrando, em 31.03.2012, a relação contributiva de 1:1 (Em 31.03.2011, 1:1).

c.1.4) Evolução da Situação Atuarial

O resultado atuarial do plano BD, na posição de 31.03.2012, apresenta-se superavitário em R\$ 37.286 (superávit de R\$ 18.036 em 31.03.2011) em decorrência, primordialmente, do impacto positivo dos investimentos no primeiro trimestre de 2012. Vale ressaltar que o Plano BD finalizou o exercício de 2011 com um superávit de R\$ 3.645 l. No primeiro trimestre de 2012, ocorreram as primeiras concessões de benefícios de prestação continuada do plano CV I. As obrigações previdenciárias do plano totalizam R\$ 77.204 nos portfólios individuais e R\$ 317 nos portfólios mutualistas. O plano CV I, na posição de 31.03.2012, apresenta um superávit de R\$ 10, que representa 3,22% da obrigação dos portfólios mutualistas.

c.2) Plano de Assistência Médica

O Banco do Nordeste é patrocinador do Plano de Saúde administrado pela Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Nordeste do Brasil - CAMED, cujo objetivo principal é prestar assistência médica aos seus associados e dependentes inscritos no Plano Natural, por meio da concessão de auxílios destinados à cobertura ou ressarcimento de despesas com a promoção, proteção e recuperação de saúde.

c.2.1) Obrigações Vencidas e Dívidas de Contribuições

Não existem, em 31.03.2012, obrigações vencidas e dívidas de contribuições em relação a esse plano, nem práticas informais que deem origem a obrigações construtivas incluídas na mensuração da obrigação de benefício definido do plano.

c.2.2) Contribuições

O Plano Natural é custeado, basicamente, pela contribuição social paga pelos associados, pelas contribuições referentes à inscrição de dependentes naturais, por taxa de proteção financeira, por taxa de serviço de urgência e emergência, pela coparticipação financeira paga pelo associado sobre os eventos utilizados e por contribuição paritária de responsabilidade das patrocinadoras.

NOTA 25 - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE

a) O patrimônio do FNE no montante de R\$ 39.112.091 (R\$ 37.747.461 em 31.12.2011) está registrado em contas de compensação do Banco (Patrimônio de Fundos Públicos Administrados).

b) O disponível do Fundo no valor de R\$ 5.141.839 (R\$ 4.576.207 em 31.12.2011), registrado no título Outras Obrigações/Fundos Financeiros e de Desenvolvimento é remunerado pela taxa extramercado. A despesa com remuneração do disponível foi de R\$ 113.265 (R\$ 99.959 em 31.03.2011).

c) A provisão para fazer face ao risco nas operações contratadas ao amparo do FNE é constituída obedecendo aos seguintes critérios:

c.1) Nas operações contratadas até 30.11.1998, o Banco é isento de risco;

c.2) Para as operações contratadas a partir de 01.12.1998, excluindo-se os financiamentos do Programa da Terra e das operações no âmbito do PRONAF (Grupos A, B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), o risco do Banco é de 50% do valor calculado na forma da Resolução CMN Nº 2.682, de 21.12.1999; e

c.3) O risco do Banco é integral sobre as operações de crédito renegociadas e reclassificadas para o FNE, com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, bem como sobre operações registradas em Relações Interfinanceiras do Fundo, de acordo com a Portaria do Ministério da Integração Nº 616, de 26.05.2003.

A composição dos saldos dos financiamentos e das provisões contabilizadas em Passivos Contingentes do Banco é a seguinte:

Nível de Risco	Saldos	Provisão em 31.03.2012	Provisão em 31.12.2011
AA	2.739.818	-	-
A	11.637.459	29.069	28.549
B	9.031.495	45.693	44.875
C	1.120.286	16.777	13.453
D	553.025	28.342	30.004
E	350.741	52.463	42.434
F	243.293	61.201	66.089
G	171.827	67.944	86.689
H	2.385.387	1.206.175	1.074.714
TOTAL	28.233.331	1.507.664	1.386.807

Notas Explicativas

- d) Para as operações contratadas até 30.11.1998, o “del credere” do Banco ficou reduzido a zero. Para as contratações efetuadas após essa data, o “del credere” é de 3% a.a., quando o risco for de 50% e de 6% a.a., quando contratadas em nome do próprio Banco ao amparo de repasses com base no Art. 9º- A da Lei Nº 7.827, de 27.09.1989. Nas operações reclassificadas para o FNE com base na Lei Nº 11.775, de 17.09.2008, o “del credere” é de 3% a.a. ou de 6% a.a., conforme regulamentado na Portaria Interministerial Nº 245, de 14.10.2008, dos Ministérios da Fazenda e da Integração Nacional. A receita de “del credere” foi de R\$224.093 (R\$ 194.125 em 31.03.2011).
- e) A taxa de administração de 3% a.a. é calculada sobre o patrimônio líquido do Fundo, deduzido dos valores objeto de contrato de repasse com o Banco, dos saldos dos repasses a outras instituições com risco integral do Banco e dos saldos das aplicações no âmbito do PRONAF (Grupos B, A/C, Floresta, Semiárido, Emergencial, Enchentes e Estiagem), ficando limitada, em cada exercício, a 20% do valor das transferências realizadas pelo Tesouro Nacional. A taxa de administração importou, no trimestre, em R\$ 268.553 (R\$ 237.175 em 31.03.2011).

NOTA 26 - Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT

O Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT é um fundo especial, de natureza contábil-financeira, vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, destinado ao custeio do Programa do Seguro-Desemprego, do Abono Salarial e ao financiamento de Programas de Desenvolvimento Econômico. As principais ações financiadas pelo Banco com recursos do FAT encontram-se descritas conforme abaixo:

Especificação	TADE	Valor
Programa Especial Combate Efeitos Estiagem	TADE 016/2006	1.758
PROGER-URBANO Investimento	TADE 017/2006	21.076
FAT - Infraestrutura	TADE 018/2006	273.510
PRONAF Investimento	TADE 019/2006	478
PROGER-RURAL - Custeio	TADE 020/2006	1.470
PRONAF - Custeio	TADE 001/2007	638
PROGER-RURAL - Investimento	TADE 002/2007	18.429
PROTRABALHO Investimento	TADE 004/2007	143.406
PNMPO-Pr.Nac.Microcréd.Prod.Orientado	TADE 001/2010	99.108
TOTAL		559.873

As obrigações contraídas junto ao Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, registradas em Depósitos Especiais com Remuneração, da ordem de R\$ 601.492 (R\$ 622.390 em 31.12.2011) têm custo de captação com base na taxa SELIC enquanto não aplicadas em operações de crédito e com base na TJLP após a liberação para os mutuários finais. Os recursos disponíveis, remunerados com base na taxa SELIC, totalizam R\$ 35.985 (R\$ 50.795 em 31.12.2011).

A partir da edição da Resolução do Conselho Deliberativo do FAT - CODEFAT Nº 439, de 02.06.2005, estes recursos passaram a ser reembolsados ao FAT, mensalmente, com um valor mínimo equivalente a 2% calculados sobre o saldo total de cada TADE (Termo de Alocação de Depósitos Especiais do FAT), acrescidos das disponibilidades que se enquadrem nas condições a seguir, em termos de permanência no caixa do Banco:

- A partir de 2 meses com relação aos reembolsos dos beneficiários finais do crédito, não reaplicados em novos financiamentos.

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.03.2012		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneraçã o SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.516	9	43	9.432	9.475
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	25.918	845	8.743	63.814	72.557
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	117.098	5.080	21.313	244.116	265.429
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	357	11	164	351	515
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	121	4	53	30	83
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	41.325	263	1.590	153.979	155.569
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	13.234	1.066	4.079	93.785	97.864
TOTAL			200.569	7.278	35.985	565.507	601.492

Especificação	Resolução TADE	Devolução de Recursos do FAT			31.12.2011		
		Forma ⁽¹⁾	R.A.	Remuneraçã o SELIC	Disponível TMS ⁽²⁾	Aplicado TJLP ⁽³⁾	Total
Programa Especial de Combate a Efeitos da Estiagem	16/2006	RA	2.635	10	85	9.838	9.923
PROGER – URBANO- Investimento	17/2006	RA	26.066	996	13.293	62.810	76.103
FAT – Infraestrutura	18/2006	RA	120.350	11.266	20.404	249.455	269.858
PRONAF- Investimento	19/2006	RA	344	11	192	484	676
PRONAF- Custeio	01/2007	RA	118	4	69	77	146
PROTRABALHO-Investimento	04/2007	RA	43.277	264	3.320	159.625	162.945
PNMPO- Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado	01/2010	RA	8.332	1.102	13.432	89.306	102.738
TOTAL			201.122	13.653	50.795	571.595	622.389

(1) RA – Retorno Automático (Mensalmente, 2% sobre o saldo) e SD – Saldo Disponível menos depósitos efetuados nos últimos 3 meses e reembolsos nos últimos 2 meses;

(2) Recursos remunerados pela Taxa SELIC;

(3) Recursos remunerados pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP); e

(4) Com relação ao FAT – Infraestrutura, o RA é de 1% sobre o saldo e os reembolsos dedutíveis referem-se aos últimos 4 meses.

NOTA 27 – Gerenciamento de Riscos e Índice de Basileia

a) Gestão de Riscos e Capital

Introdução e Visão Geral

O Banco está exposto aos seguintes riscos provenientes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;

Notas Explicativas

- Risco de mercado; e
- Risco operacional.

Estrutura de Gerenciamento de Risco

A Diretoria colegiada é responsável pela aprovação das políticas de riscos e consequente submissão ao Conselho de Administração. A Diretoria de Controle e Risco coordena a implementação das políticas de riscos e monitora o desempenho das áreas gestoras de riscos.

O Comitê corporativo de gestão de riscos aprecia e delibera sobre matérias de gestão de riscos encaminhadas às instâncias superiores, bem como aquelas a serem implementadas pelas instâncias inferiores.

Área específica coordena a gestão operacional dos riscos, gerencia em nível corporativo: a) os riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; b) propõe a definição de metodologias e modelos de gestão de risco de crédito, de liquidez, de mercado e operacional; e c) promove a disseminação da cultura de gestão de riscos no Banco.

Política de Gestão de Riscos

A política corporativa de gestão de riscos contempla orientações e diretrizes integradoras das atividades do Banco para a gestão dos riscos de crédito, de liquidez, de mercado e operacional.

Os riscos não se apresentam unicamente como ameaças, vez que também as oportunidades são eventos de riscos, sobretudo no âmbito estratégico. Sem descuidar das oportunidades que se apresentem ao Banco, que são devidamente avaliadas, as diretrizes delineadas na política corporativa de gestão de riscos do Banco voltam-se para a gestão dos riscos que se interpodem à consecução dos objetivos empresariais, abrangendo os respectivos controles.

a.1) Risco de Crédito

O risco de crédito é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte das obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

O risco de crédito compreende:

- O risco de crédito da contraparte, inclusive no tocante a obrigações envolvendo instrumentos financeiros derivativos;
- O risco de decisões do governo do país onde se localiza o tomador ou contraparte e de entraves na conversão cambial dos valores recebidos;
- O risco de desembolso para honrar avais, fianças, coobrigações, compromissos de crédito ou outras operações semelhantes; e
- O risco de não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte intermediadora ou conveniente de operações de crédito.

Exposições por Setor Econômico	Exposição	
	31.03.2012	31.12.2011
OPERAÇÕES DE CONCESSÃO DE CRÉDITO E COBRIGAÇÕES	27.092.710	27.900.112
Público	1.467.133	1.527.360
Privado	25.625.577	26.372.752
Comércio	2.803.279	2.854.921
Comércio Exterior	829.627	835.083
Habitação	242	242
Indústria	6.371.317	6.563.170
Infraestrutura	4.330.663	4.414.467
Intermediários Financeiros	220.512	262.718
Microfinança Urbana	1.160.643	1.165.074
Pessoas Físicas	197.831	196.285
Rural	5.902.304	5.983.626
Outros Serviços	3.809.159	4.097.166
OPERAÇÕES DE MERCADO	16.404.001	14.879.825
Títulos Públicos Federais	14.085.248	12.631.707
Operações Compromissadas	5.626.191	4.415.402
Outras	8.459.057	8.216.305
Depósitos Interfinanceiros	347.771	188.842
Outros Títulos e Valores Mobiliários	1.087.283	1.147.537
Outras Operações	883.699	911.739
DEMAIS ATIVOS	1.859.371	1.872.530
Valor Total das Exposições	45.356.082	44.652.467

a.2) Gerenciamento de Risco de Crédito

Constituem-se diretrizes para o gerenciamento do risco de crédito:

1) Limites de Risco

Todas as operações de crédito são amparadas por limites de risco. Em regras gerais, esses limites são deferidos mediante decisão por comitês, desde os de agência até a Diretoria, com base em modelos específicos para clientes dos setores rural, industrial, comercial e serviços.

2) Avaliação de Risco

Os limites de risco são precedidos de avaliação de risco, elaborada em modelos concebidos de acordo com as características do cliente e operação, a saber: i) clientes de pequeno porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, a maioria constituída de miniprodutores rurais e microempreendedores urbanos – a análise de risco é circunscrita ao exame cadastral do cliente e ao enquadramento da operação nos normativos de cada programa de financiamento, cujas condições visam atender seletivamente aos tomadores de crédito; ii) clientes de médio porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco – aplicação de modelos especialistas de avaliação de risco, de acordo com as atividades dos clientes, mediante a seleção de alternativas padronizadas para os fatores de risco analisados; e iii) clientes de grande porte, em termos de valor das responsabilidades no Banco, incluindo os titulares de operações estruturadas – aplicação de modelo fundamentalista de avaliação de risco, feita mediante exame individual e detalhado para cada aspecto de risco, com fulcro nas constatações, dados e argumentos de análise, inclusive com a aplicação de critérios para aceitação de garantias diferenciadas, permitindo a análise do crédito em condições especiais, considerando a singularidade e complexidade dos projetos e operações desse porte.

3) Classificação de Risco

Notas Explicativas

Todas as operações de crédito são objeto de classificação de risco, mediante a composição da avaliação de risco do cliente com a pontuação de risco da operação de crédito, de acordo com suas características, valor, prazo, garantias e situação.

O gerenciamento do risco de crédito envolve um fluxo constante de informações que permitem a identificação, mensuração, controle e mitigação de risco, de forma a assegurar que o Banco mantenha exposição a risco de crédito em parâmetros aceitáveis. Para tanto, são utilizados diversos instrumentos, tais como: políticas de crédito, relatórios gerenciais, sistema de classificação de risco e indicadores de desempenho por macrossetores.

4) Avaliação dos Ativos por Carteira

A avaliação por carteiras permite identificar, em seu portfólio de produtos e clientes, as concentrações de risco, visando adotar procedimentos preventivos e corretivos quanto à administração dos riscos globais da Instituição.

5) Garantias

A política para constituição de garantias para as operações de crédito estabelece parâmetros de escolha de garantias e de sua avaliação. Em função da qualidade da garantia e de sua suficiência, à luz da avaliação de risco do cliente, a classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliações para um maior ou menor nível de risco.

6) Processo de Decisão

Qualquer deferimento de limite de risco segue o modelo de alçadas por colegiado. De acordo com suas características e valor, os limites poderão ser analisados e decididos nos comitês de avaliação de crédito das Agências ou nos comitês de deferimento de limite de risco das Centrais de Apoio Operacional, ou ainda serem encaminhados para decisão pelo comitê de deferimento de limite de risco para cliente na Direção Geral, pela Diretoria ou pelo Conselho de Administração.

a.3) Valor das Garantias Recebidas

As garantias para operações de crédito são avaliadas em função de sua qualidade e suficiência à luz da avaliação de risco do cliente. A classificação global de risco, envolvendo o cliente e sua operação, poderá receber reavaliação para um maior ou menor nível de risco. As operações acima de R\$ 5.000, analisadas individualmente, cujos montantes importam em R\$ 7.057.418 na posição de 31.03.2012 (R\$ 7.020.359 em 31.12.2011) estão lastreadas por garantias reais (alienação fiduciária de bens móveis, hipoteca e penhor) e outras garantias (quirografárias penhor de títulos, fundos de aval, fundo de risco – FGPC, vinculação de cotas e fiança bancária, dentre outras).

Em todas estas operações, o Banco exige um lastro de pelo menos 125% de cobertura e, no caso de garantias reais, determina a avaliação das mesmas pelo menos uma vez a cada dois anos ou em periodicidade menor, desde que haja fatos relevantes que envolvam o cliente ou a operação.

b) Risco de Liquidez

b.1) Gerenciamento do Risco de Liquidez

Risco de liquidez é a possibilidade de ocorrerem desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis (descasamentos) que possam afetar a capacidade de pagamento da instituição. O risco de liquidez pode ser agravado pelo risco de mercado como possibilidade de perdas decorrentes da necessidade de gerar recursos financeiros para honrar compromissos assumidos, seja pela dificuldade de vender ativo, sem perda significativa do valor, seja pela dificuldade de captar recursos.

O monitoramento da liquidez é realizado diariamente, observando-se os limites estabelecidos na política de gestão dos riscos de mercado e de liquidez aprovada pela administração. Para tanto, são efetuadas projeções de liquidez para o período de 90 dias, considerando-se o cenário mais conservador, ou seja, submetendo-se o fluxo de valores a receber a uma situação de estresse, no qual as disponibilidades são comparadas aos compromissos previstos para os próximos 90 dias, desconsiderando-se os valores previstos a receber. Os níveis de liquidez mantidos, também levam em consideração as possibilidades de liquidação antecipada de empréstimos e de depósitos que não possuam vencimento definido.

Para gerir o risco de liquidez, o Banco utiliza as metodologias abaixo, que são revistas e reavaliadas periodicamente:

- a geração do fluxo de caixa, diariamente;
- o cálculo do Nível de Cobertura do Risco de Liquidez (NCRL);
- a realização de teste de aderência do fluxo de caixa;
- o acompanhamento dos descasamentos de prazos e indexadores entre operações ativas e passivas.

As informações relativas aos riscos de liquidez são comunicadas à administração por meio de relatórios diários, consolidados anualmente.

O relatório diário de gestão dos riscos de mercado e de liquidez inclui o índice de liquidez do Banco, representado pela razão das disponibilidades sobre os compromissos previstos para os próximos 90 dias. As disponibilidades que integram a base de cálculo do índice de liquidez são compostas por reservas bancárias, depósitos interfinanceiros, operações compromissadas e carteira própria de títulos.

A tabela abaixo demonstra o índice de liquidez nas posições de 31.03.2012 e 31.12.2011:

Especificação	31.03.2012 (%)	31.12.2011 (%)
Na data-base	231,13	245,45
Média dos últimos 12 meses	219,19	227,39
Máximo dos últimos 12 meses	265,79	321,96
Mínimo dos últimos 12 meses	175,15	175,15

Os quadros a seguir evidenciam os vencimentos de captações, considerados os fluxos de pagamentos futuros projetados com as respectivas taxas contratuais, nas posições de 31.03.2012 e 31.12.2011:

Especificação	31.03.2012				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	75.608	327.526	336.404	-	-
Depósitos a Prazo	453.144	50.564	1.239.196	2.912.880	3.583.105
Operações Compromissadas	670.940	-	-	85.877	63.148
Letras do Agronegócio - LCA	21.657	35.125	122.626	-	-

Notas Explicativas

Total	1.221.349	413.215	1.698.226	2.998.757	3.646.253
Recursos Disponíveis	4.262.582				
Especificação	31.12.2011				
	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	1 a 5 anos	Acima de 5 anos
Depósitos Interfinanceiros	10.968	202.145	379.955	-	-
Depósitos a Prazo	67.803	225.712	1.524.753	2.884.486	3.574.573
Operações Compromissadas	638.093	-	-	72.531	30.165
Letras do Agronegócio - LCA	47.951	70.784	81.907	-	-
Total	764.815	498.641	1.986.615	2.957.017	3.604.738
Recursos Disponíveis	3.185.694				

b.2) Plano de Contingência de Liquidez

O Plano de Contingência de Liquidez descreve as orientações a serem observadas pelas áreas correspondentes na ocorrência de crise de liquidez. Entende-se como crise de liquidez ocorrências e ameaças, imediatas ou futuras, de desequilíbrio na capacidade de pagamento do Banco e que não possam ser corrigidas com medidas usuais de gestão dos recursos de tesouraria.

Caracteriza situação de crise de liquidez:

- 1) A insuficiência de disponibilidades para honrar os compromissos previstos para 90 dias, independentemente do fluxo de recebimentos nesse período; ou
- 2) A identificação, de forma antecipada, a partir do acompanhamento do fluxo de caixa da instituição, de que o Banco não reúna disponibilidades suficientes para honrar suas obrigações em qualquer instante futuro.

A responsabilidade pela identificação de crise de liquidez é de área específica de gestão de riscos. As ações operacionais para a solução de crise de liquidez seguirão as recomendações de grupo especial para gestão de crise de liquidez.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez efetivar-se-á diante de crise de liquidez ou no caso em que projeções de cenários acusem potencial situação de não-liquidez, e a recuperação da situação de liquidez dar-se-á a partir das recomendações do colegiado.

A atuação do grupo especial para gestão de crise de liquidez ocorrerá de forma autônoma e alcançará todas as áreas operacionais e negociais que estejam relacionadas à crise de liquidez. As recomendações provenientes do grupo especial para gestão de crise de liquidez serão submetidas à apreciação da Diretoria mediante parecer fundamentado.

A estratégia de ação diante de crise de liquidez envolverá:

- 1) No âmbito externo:

- Realização de operações e de renegociações de operações com instituições financeiras com as quais o Banco mantenha relacionamento no mercado interbancário;
- Realização de operações com a autoridade monetária;
- Renegociação de condições operacionais com clientes com os quais o Banco mantenha operações ativas e passivas; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

- 2) No âmbito interno:

- Descontinuidade, modificação ou suspensão da comercialização de produtos;
- Suspensão de concessão de limites operacionais;
- Renegociação de operações ativas e passivas, podendo envolver a antecipação de recebimentos e o alongamento de prazos de operações passivas;
- Renegociação de contratos com fornecedores; e
- Outras estratégias voltadas para a solução de crise de liquidez.

Os procedimentos para solução de crise de liquidez envolvem, mas não se limitam a estes:

- Elevação da taxa de captação de recursos;
- Captação de recursos em novos mercados;
- Redução ou a suspensão de realização de operações ativas;
- Transferência de carteira de crédito;
- Postergação ou a suspensão da liberação de recursos para operações contratadas;
- Renegociação de passivos existentes;
- Venda de ativos; e
- Realização de operações com a autoridade monetária.

Não é exigida ordem de preferência para a adoção dos procedimentos acima, cabendo ao grupo especial para gestão de crise de liquidez estabelecer os critérios, a forma e a sequência cronológica para a implementação das recomendações à luz da situação factual, dos seus efeitos e do tempo requerido para a obtenção dos resultados necessários.

c) Risco de Mercado**c.1) Gerenciamento do Risco de Mercado**

Risco de mercado é a possibilidade de perda do valor econômico dos ativos e/ou de elevação do valor econômico dos passivos resultantes de variações em fatores como taxas de juros, taxas de câmbio, preços de ações e de commodities.

Na gestão dos riscos de Mercado o Banco adotada metodologias e instrumentos validados pelo mercado, tais como:

- a) VaR (*value at risk*) de operações ativas e passivas das carteiras de negociação e de não- negociação, por fator de risco;

Notas Explicativas

- b) mapa de exigência de capital, para cobertura dos riscos de mercado e liquidez;
- c) relatório de exposição cambial;
- d) análise de sensibilidade;
- e) testes de estresse;
- f) testes de aderência (*backtesting*);
- g) relatórios de acompanhamento dos limites estabelecidos para as parcelas de exposição a riscos de mercado.

Constitui atividade importante da gestão dos riscos de mercado a elaboração de relatórios gerenciais diários, mensais, trimestrais e anuais, destinados à administração e aos órgãos controladores. Referidos relatórios contêm, dentre outras, informações detalhadas e análises sobre os níveis de exposição das carteiras de negociação e de não negociação, níveis de exposição cambial, níveis e índices de liquidez, e acompanhamento dos limites das operações realizadas com outras instituições financeiras.

Além desses relatórios, o monitoramento dos limites de exposição ao risco de mercado e de liquidez contempla um sistema de alerta, operacionalizado com o intuito de imprimir maior tempestividade às informações gerenciais necessárias à tomada de decisão pelas instâncias competentes, baseado nos procedimentos abaixo:

Limites de Exposição ao Risco	Procedimento de Controle
<ul style="list-style-type: none"> • Carteira de negociação: 1% do valor da carteira • Carteira de não negociação: 5% do valor da carteira 	Caso o nível de exposição seja superior a 80% do limite, a área de gestão de riscos emite alerta para área específica de realização das operações financeiras.

c.2) Carteiras de Negociação e Não Negociação

Para efeito da gestão dos riscos de mercado, as operações são classificadas em duas carteiras:

1) **Carteira de Negociação (*trading book*)**: compreende as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, expostas aos riscos de mercado, detidas para negociação ou destinadas à proteção (*hedge*) contra os riscos de outras operações da Carteira de Negociação, sobre as quais inexistem limitações à sua negociação. A composição da carteira de negociação é acompanhada diariamente pela área de gestão de riscos, utilizando-se o valor marcado a mercado das operações.

Para acompanhamento e controle dos riscos da Carteira de Negociação, adota-se o monitoramento da exposição a risco através do cálculo do VaR Paramétrico, que mensura a perda máxima esperada de uma carteira dentro de um intervalo de tempo, levando-se em conta o nível de confiança de 99%. O Value at Risk (VaR) das operações prefixadas da Carteira de Negociação do Banco, na posição de 31.03.2012, ficou quantificado em R\$ 1.908, ante o saldo líquido (ativo menos passivo) de R\$ 3.422.342 de composição desta carteira.

Na data base de 31.03.2012, o VaR representou apenas 0,0558% do valor líquido da Carteira de Negociação, bem abaixo do limite de 1% estabelecido pela Política Corporativa de Gestão de Risco do Banco.

A reduzida exposição ao risco de mercado desta carteira deve-se ao fato de que as operações prefixadas correspondentes, na sua maioria, têm um prazo de um dia e são lastreadas em títulos públicos federais.

2) **Carteira de Não-Negociação (*banking book*)**: formada por operações não classificadas na Carteira de Negociação, expostas aos riscos de mercado. A mensuração e avaliação do risco de taxas de juros da Carteira de Não Negociação relacionado à taxa de juros da economia, aos cupons cambiais, de taxas de juros e de índices de preços obedecem aos pressupostos estabelecidos pelo Banco Central, utilizando-se metodologias de amplo conhecimento e emprego por parte das instituições financeiras, baseadas nos seguintes parâmetros e hipóteses:

- VaR paramétrico;
- Distribuição normal;
- Parâmetro estatístico;
- Desvio padrão dos retornos;
- Prazo de liquidação da carteira: 10 dias;
- Período de observação do histórico de taxas: 1 ano;
- 12 vértices e suas respectivas correlações; e
- Nível de confiança de 99%.

O cálculo do VaR é feito com a utilização de informações disponibilizadas pela BM&FBovespa, relativamente às taxas praticadas pelo mercado financeiro para cada fator de risco.

c.2.1) Indicadores de Risco de Mercado

Apresenta-se, a seguir, um resumo dos indicadores de risco de mercado, em valores marcados a mercado:

Especificação	31.03.2012	De 01.01.2012 a 31.03.2012		
		Médio	Máximo	Mínimo
Exposição Cambial Marcada a Mercado	15.820	31.146	41.953	11.493
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	1.201	1.162	2.298	844
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	348	351	356	346
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	47.368	46.073	54.341	36.509
Especificação	31.12.2011	De 01.01.2011 a 31.12.2011		
		Médio	Máximo	Mínimo

Notas Explicativas

Exposição Cambial Marcada a Mercado	29.042	34.479	110.465	1.567
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Negociação (PJUR1)	643	709	2.035	257
Risco de variação de preços de commodities (PCOM)	345	1.501	16.894	280
Risco de Taxas de Juros da Carteira de Não Negociação (RBAN)	48.603	57.975	86.526	40.848

c.2.2) Teste de estresse

O teste de estresse, ferramenta de análise de cenários extremos, permite antever potenciais ganhos ou perdas em carteira de operações, diante da variação das taxas de juros, câmbio ou índices de preços, que poderão vir a ser praticadas no mercado em situações extremas.

O quadro abaixo demonstra os resultados dos testes de estresses da Carteira de Não Negociação para a posição de 31.03.2012, considerando-se os fatores que contribuem individualmente com mais de 5% da carteira, nos termos dos incisos III e IV do artigo 2º da Circular do Bacen Nº 3.365, de 12.09.2007.

A base de operações utilizada contém valores marcados a mercado e é classificada por fatores de riscos.

Para estresse das variações de taxa de juros sobre operações prefixadas, o choque é aplicado na taxa de DlxPre e nas demais operações o choque é aplicado sobre o respectivo cupom, gerando um novo valor marcado a mercado.

O teste de estresse consistiu em se estimar a quantidade de pontos percentuais de choques paralelos de taxas necessários para acarretar variações do valor de mercado das operações que impliquem reduções correspondentes a 5%, 10% e 20% do Patrimônio Líquido de Referência (PR), utilizando choque sobre as taxas que compõem as ETTJs (Estruturas a Termo de Taxas de Juros). Os resultados dos choques paralelos são apresentados, em pontos base e pontos percentuais, no quadro a seguir:

Tipo de Risco	Fator de Risco	Choque Paralelo (taxas anuais) – Carteira de Não Negociação					
		Perda de 5%		Perda de 10%		Perda de 20%	
		Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais	Basis Points	Pontos Percentuais
Cupom de Índice de Preços	Cupom de IGP-M	475,5	4,75	1.290,1	12,90	204.822,4	2.048,22
Cupom de Taxa de Juros	Cupom de TJLP	(515,0)	(5,15)	(856,2)	(8,56)	(1.300,9)	(13,01)
	Cupom de TR	sem estresse		sem estresse		sem estresse	
Juros Prefixados	Juros Prefixados	575,0	5,75	1.331,6	13,32	3.752,2	37,52

De acordo com os dados acima, os cenários de choques nas taxas de juros mensais para produzir perdas a partir de 5% do Patrimônio Líquido de Referência (PR) do Banco, apresentam-se bastante improváveis. Considerando-se as três maiores exposições em 31.03.2012, atreladas aos fatores de risco de juros prefixados (50,88%), TR (21,28%) e IGP (12,88%), verifica-se que o choque para perdas de 5% do PR seria da ordem de 5,75 pontos percentuais na taxa anual no caso do risco de juros prefixados e de 4,75 pontos percentuais no cupom de IGP, enquanto no caso das operações sujeitas a TR não haveria choque capaz de ocasionar a referida perda.

c.3 – Análise de Sensibilidade

Atendendo à determinação constante na Instrução CVM Nº 475, de 17.12.2008, realizou-se análise de sensibilidade, com vistas à identificação dos principais tipos de riscos capazes de gerar perdas ao Banco, considerando-se cenários alternativos para o comportamento dos diversos fatores de risco das operações que compõem as carteiras de negociação e de não negociação, cujos resultados são apresentados no quadro abaixo:

Carteira/Fator de Risco	Tipo de Risco	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)		Cenário 3 (Variação de 50%)	
		Saldo	Saldo	Perda	Saldo	Perda
Carteira de Negociação						
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.521.629	3.518.064	(3.565)	3.514.576	(7.053)
Carteira de Não Negociação						
Cupom de Dólar	Aumento do cupom de dólar	5.274	5.030	(244)	4.831	(443)
Cupom de IGP	Aumento do cupom de IGP	902.658	838.895	(63.763)	781.609	(121.049)
Cupom de IPCA	Redução do cupom de IPCA	(231.236)	(280.998)	(49.762)	(338.644)	(107.408)
Cupom de TJLP	Redução do cupom de TJLP	(781.033)	(824.176)	(43.143)	(872.456)	(91.423)
Cupom de TR	Aumento do cupom de TR	(1.490.683)	(1.492.466)	(1.783)	(1.493.698)	(3.015)
Juros Prefixados	Aumento da taxa de juros	3.564.835	3.454.422	(110.413)	3.357.330	(207.505)

Para efeito dos cálculos acima, no Cenário 1, que configura a situação mais provável, foram considerados os saldos líquidos das carteiras, em valores marcados a mercado a partir de taxas coletadas na BM&FBovespa. Para a construção dos Cenários 2 e 3, aplicaram-se variações de 25% e 50%, respectivamente, nos fatores de risco levados em conta, estimando-se novos saldos líquidos para as carteiras. As perdas constituem as diferenças entre os saldos do Cenário 1 e os saldos dos Cenários 2 e 3.

Também foi realizada análise de sensibilidade para as operações de *swap* e seus respectivos objetos de hedge, apresentada nos demonstrativos abaixo:

Notas Explicativas

Natureza da Operação	Tipo de Risco	Instrumento Financeiro	Cenário 1 (Provável)	Cenário 2 (Variação de 25%)	Cenário 3 (Variação de 50%)
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x Pre	Swap DI x Pre	(417.469)	(405.659)	(394.672)
		Ativo Prefixado	418.205	388.992	362.768
		Exposição Líquida	736	(16.667)	(31.903)
Hedge	Aumento da taxa referencial BM&F DI x Dólar	Swap Dólar x DI	564.032	547.882	532.316
		Passivo em ME	(563.125)	(549.446)	(536.451)
		Exposição Líquida	907	(1.564)	(4.135)

Na data-base de 31.03.2012, foram analisadas as perdas de valor de mercado na exposição líquida nos cenários 2 e 3 em relação ao cenário 1, decorrentes do aumento do custo de oportunidade, nas operações prefixadas, e do aumento do cupom cambial, nas operações em moeda estrangeira.

Swap DI x Pre

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap DI x Pre consistiu em apurar os saldos das operações ativas prefixadas e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Prefixado.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Prefixado.

Swap Dólar x DI

O método empregado na preparação da análise de sensibilidade das operações de swap Dólar x DI consistiu em apurar os saldos das operações passivas indexadas ao dólar e de hedge (operações de swap) expostas a este tipo de risco (cenário 1), apurando-se a exposição líquida. Sobre este resultado, foram aplicados os choques concernentes aos cenários 2 e 3, conforme detalhado abaixo:

Cenário 1 – consiste na situação atual para os fatores de exposição a risco, tendo como base as informações de mercado (BM&FBovespa). Neste cenário é aplicada 100% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 2 – Neste cenário, aplicou-se 125% da taxa de swap DI x Dólar.

Cenário 3 – Neste cenário, aplicou-se 150% da taxa de swap DI x Dólar.

d) Risco Operacional

O risco operacional é o risco que resulta em perda, potencial, efetiva ou recuperada, decorrente de falhas ou incorreções cometidas por pessoas, ocorridas em processos, sistemas ou decorrentes de fatores externos, incluindo os relacionados às questões legais.

A gestão do risco operacional é atividade permanente que exige o comprometimento e o envolvimento de todos os gestores, empregados e colaboradores, e tem como objetivo primordial manter em níveis aceitáveis as probabilidades e/ou impactos das ocorrências de perda.

O sistema de gerenciamento de risco operacional corporativo visa assegurar o cumprimento da política corporativa e do planejamento estratégico do Banco em observância aos princípios de governança, bem como atender à regulamentação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), seguindo o calendário estabelecido pela supervisão bancária. A gestão se materializa através dos processos e subprocessos que fluem de forma dinâmica e contínua, conferindo-lhes, por meio de ações mitigadoras, níveis aceitáveis de exposição a risco.

O gerenciamento de risco operacional corporativo se robustece a partir de estrutura organizacional específica, concebida para oferecer suporte às atividades de avaliações e conformidades da aplicação dos controles para todos os processos e operações realizados, tendo como referência maior as disposições do sistema normativo institucional. Encontra-se segmentado sob duas abordagens: enfoque qualitativo e enfoque quantitativo.

A abordagem qualitativa reúne metodologias, ferramentas de controle, ações de mitigação e relatórios gerenciais que especificam o controle dos processos conduzidos em todas as áreas institucionais e são compostas de descrição da gestão por processo e desenho de sua arquitetura – macroprocessos, processos e subprocessos – identificação do risco, controle, mitigação e plano de providências para a correção das inconformidades. Na abordagem quantitativa são utilizados modelos de mensuração, registrando-se avanços consideráveis na modelagem estocástica de mensuração dos riscos operacionais aplicados ao Banco, a fim de alocar capital para suportar perdas esperadas e perdas não esperadas.

e) Limites Operacionais – Acordo de Basileia

Por meio das Resoluções N°s 3.444, de 28.02.2007 e 3.490, de 29.08.2007, e normas complementares, o CMN estabeleceu exigências adicionais para alocação de capital, incluindo novos elementos expostos a risco: o Compromisso de Crédito não Cancelável Incondicional ou Unilateralmente pela Instituição (Commitments); a exposição a risco em ações (PACS); a exposição a risco em ativos indexados aos preços das commodities (PCOM); a exposição a risco em ativos em moeda estrangeira (PCAM); a exposição ao risco operacional (POPR); e o risco de mercado de operações não classificadas na carteira de negociação (RBAN). As diretrizes vigentes mantiveram, para 31.03.2012, um indicador de alocação de capital mínimo em 11%, que é a relação entre o PR de uma instituição financeira e o total de riscos assumidos em suas operações ativas, incluindo as garantias prestadas e coobrigações, riscos de mercado e riscos operacionais.

Em 31.03.2012, o índice de adequação de capital (Índice de Basileia Amplo) do Banco do Nordeste foi de 16,58% (16,32% em 31.12.2011), enquanto o PR foi de R\$ 4.684.209 (R\$ 4.604.614 em 31.12.2011). O Patrimônio de Referência Exigido (PRE) que representa o consolidado de todas as exposições a risco, com índice de alocação de capital de 11%, foi de R\$ 3.060.427 em 31.03.2012 (R\$ 3.054.085 em 31.12.2011).

A posição de capital regulador do Banco é apresentada abaixo:

i. Compatibilização do PR com o PRE

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
a) Patrimônio de Referência (PR)	4.684.209	4.604.614
. Nível I	2.342.105	2.302.307
. Nível II	2.342.104	2.302.307

Notas Explicativas

b) Patrimônio de Referência Exigido (PRE)	3.060.427	3.054.085
. Parcela PEPR ⁽¹⁾	2.595.599	2.619.648
. Parcela PJUR	1.201	642
. Parcela PCOM	348	345
. Parcela POPR	463.279	433.450
c) Valor do RBAN	47.368	48.603
Margem (a-b-c)	1.576.414	1.501.926
Índice de Basileia (Circ.Bacen Nº 3.477, de 28.12.2009)	16,84%	16,58%
Índice de Basileia (Incluindo Valor RBAN)	16,58%	16,32%

(1) 11% das Exposições Ponderadas pelos Fatores de Risco, conforme arts. 11 a 16 da Circular Bacen Nº 3.360, de 12.09.2007.

ii. Detalhamento do PR

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Patrimônio de Referência (PR)	4.684.209	4.604.614
. Nível I	2.342.105	2.302.307
(+) Patrimônio Líquido	2.344.472	2.329.499
(+) Contas de Resultado Credoras	1.805.044	-
(-) Contas de Resultado Devedoras	1.760.921	-
(-) Reservas de Reavaliação	24.625	25.198
(-) Créditos Tributários Excluídos	291	291
(-) Ativo Permanente Diferido	1.314	1.703
(-) Ajuste ao Valor de Mercado-TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	20.260	-
. Nível II	2.342.104	2.302.307
(+) Reservas de Reavaliação	24.625	25.198
(+) Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida Habilitados a Integrar o Nível II do PR ⁽¹⁾	1.169.297	1.137.872
(+) Instrumentos de Dívida Subordinada ⁽²⁾	1.245.693	1.216.319
(+) Ajuste ao Valor de Mercado-TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos	20.260	-
(-) Excesso de Instrumentos de Dívida Subordinada	74.641	65.165
(-) Excesso de Capital Nível II em relação ao Nível I	43.130	11.917

(1) O contrato do instrumento híbrido de capital e dívida foi firmado com a Secretaria do Tesouro Nacional com prazo de vencimento indeterminado.

(2) Os instrumentos de dívidas subordinadas foram realizados junto ao Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) com prazo de vencimento indeterminado.

As informações relativas ao gerenciamento de riscos, focando questões acerca do Patrimônio de Referência (PR) e do Patrimônio de Referência Exigido (PRE), conforme prescreve a Circular Nº 3.477, de 28.12.2009, do Banco Central do Brasil, podem ser encontradas no portal www.bnb.gov.br no link Relação com Investidores.

NOTA 28 – Partes Relacionadas**a) Transações com partes relacionadas**

a.1) As principais transações com empresas públicas, autarquias, programas e fundos sob controle do Governo Federal, apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Ativos		
Operações de Crédito - Refinanciamentos com o Governo Federal (Nota 9.a.1)	461.380	473.643
TOTAL	461.380	473.643
Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Passivos		
Depósitos a Prazo - FAT (Nota 13.a.4 e Nota 27)	601.492	622.389
Obrigações por Repasses do País – Instituições Oficiais (Nota 14.c)	1.315.935	1.286.685
Tesouro Nacional	954	992
BNDES	1.177.282	1.152.894
FINAME	137.699	132.799
Outras Obrigações	7.558.697	6.932.417
Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE (Nota 16.e)	5.143.707	4.578.226
Instrumentos Híbridos de Capital e Dívida (Nota 16.f)	1.169.297	1.137.872
Dívidas Subordinadas Elegíveis a Capital (Nota 16.g)	1.245.693	1.216.319
TOTAL	9.476.124	8.841.491

a.2) As principais transações com as entidades vinculadas aos funcionários, Caixa de Previdência (CAPEF) e Caixa de Assistência Médica (CAMED), apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Passivos		
Outras Obrigações (Nota 16.h)	1.017.177	985.408
CAPEF	456.287	457.916
CAMED	560.890	527.492
TOTAL	1.017.177	985.408

Notas Explicativas

b) Remuneração da Administração

A remuneração do Conselho de Administração, Diretoria Estatutária e Conselho Fiscal está demonstrada a seguir:

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Benefícios de Curto Prazo	620	648
Honorários	575	599
Diretoria	491	504
Conselho de Administração	46	51
Conselho Fiscal	38	44
Outros	45	49
Participação no Lucro	-	-
TOTAL	620	648

Especificação	01.01.2012 a 31.03.2012	01.01.2011 a 31.03.2011
Benefícios Pós-Emprego	58	43
TOTAL	58	43

O Banco não possui remuneração variável baseada em ações e outros benefícios de longo prazo e não concede empréstimo a seus Diretores, membros de seu Conselho de Administração e Conselho Fiscal, pois a prática é proibida às instituições financeiras regulamentadas pelo Banco Central do Brasil.

NOTA 29 - Outras Informações

a) Garantias Prestadas

As coobrigações e riscos em garantias prestadas pelo Banco apresentam a seguinte composição:

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Créditos Abertos para Importação	25.264	131.958
Beneficiários de Garantias Prestadas		
- Pessoas Físicas ou Jurídicas não Financeiras	92.219	92.219
- FNE	14.311.557	13.926.213
- Outras Entidades	55.100	54.180
Coobrigações em Cessões de Crédito	26.909	26.815

b) Seguros

Os bens móveis e imóveis do Banco e de terceiros sob sua responsabilidade estão suficientemente segurados no montante de R\$ 419.658 (R\$ 405.649 em 31.12.2011) assim distribuídos:

Especificação	31.03.2012	31.12.2011
Bens Móveis	147.596	137.144
Bens Imóveis	267.999	264.485
Bens Imóveis de Terceiros	2.906	2.863
Responsabilidade Civil (Aeronave)	1.157	1.157
TOTAL	419.658	405.649

c) Eventos Subsequentes

Em abril de 2012, o Banco do Nordeste emitiu pela segunda vez, em 18 meses, Senior Unsecured Notes no valor de US\$ 300.000 mil no mercado financeiro internacional, com prazo de vencimento de 7 anos e com cupom de 4,375% ao ano. No mesmo padrão da emissão ocorrida em novembro de 2010, as notas não possuem amortizações intermediárias, com o principal sendo liquidado no vencimento da operação e pagamento dos juros semestral.

Fortaleza, 30 de Abril de 2012

A Diretoria

OBS.: As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão das Informações Trimestrais - ITR

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores do
Banco do Nordeste do Brasil S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias do Banco do Nordeste do Brasil S.A. ("Banco"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2012, preparadas sob responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e considerada informação suplementar para fins de IFRS, que não requer a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Revisão dos valores correspondentes aos trimestres anteriores

As informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais (ITR) referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e à data-base de 31 de dezembro de 2011, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas e auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e parecer de auditoria, sem modificações, datados de 13 de maio de 2011 e 7 de fevereiro de 2012, respectivamente.

Fortaleza, 15 de maio de 2012

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6 – F - CE

Eduardo Braga Perdigão
Contador CRC-1CE013803/O-8